

**Estudantes:
greve geral para o
segundo semestre**

Págs. 4 e 5

Encontro de Taboão da Serra

A íntegra do documento aprovado pelos sindicalistas autênticos, oposições sindicais e lideranças populares.

Págs. 6 e 7

ENTOES MG

Um passo adiante na unidade do sindicalismo combativo

Pág. 7

Florestan Fernandes

Raça e classe na questão dos negros no Brasil

Pág. 14

Michel Lowy:

A história do marxismo na América Latina

Pág. 17

PT:

As resoluções políticas da Comissão Nacional

Pág. 3

IMPUNIDADE ESTIMULA NOVOS ATENTADOS TERRORISTAS



O PRINCIPAL SUSPEITO

Págs. 10 11 e 12

A Constituinte deles e a nossa

Ulisses Guimarães, presidente do PMDB, parou de falar em Constituinte com Figueiredo. E argumentou para seus colegas na reunião da Executiva do partido que que tratou do assunto que, para evitar polêmicas, não mais abordaria em seus pronunciamentos o lado processual do problema. O PMDB, no entanto, não tirou nenhuma posição sobre esta questão que, diga-se de passagem, não tem nada de processual, tratando-se pelo contrário do problema da maior importância sobre o caráter do poder que convocará a Assembléia Constituinte. E assim, no PMDB, o dito ficou pelo não dito.

Mas, astutamente, Ulisses passou a tocha da conciliação aberta como regime a seus colegas do Partido Popular. Estes, que há muito já vinham fazendo letra morta da inscrição da Constituinte em seu programa não vacilaram e, numa reunião de sua Executiva concluíram: viva a Constituinte com Figueiredo! Abaixo a desordem da Constituinte com o povo. (Ver abaixo as declarações do presidente do PP, senador Tancredo Neves.)

Pelo seu lado, o regime, através de porta vozes como o ministro da Justiça, ficou satisfeito com o aceno, mais... coerentemente, argumentou: se a Constituinte é com Figueiredo, porque convocá-la, se o Congresso atual tem poderes constituintes e Figueiredo já está aí? O melhor seria, respondeu Abi Ackel, desde já, e gradualmente, irmos fazendo as reformas constitucionais necessárias. E ainda arrematou com um sorriso satisfeito: nossa divergência com o PP é apenas de ritmo para se processar as transformações constitucionais".

Tudo está a indicar que a jogada de Ulisses, portanto, surtiu efeito. Funcionou como uma espécie de sinal verde para vôos mais altos dos partidos de "oposição" na cata das migalhas que o regime começa a deixar cair da mesa. O próprio documento que foi preparado pelo PMDB, como proposta de uma "Grande Convocação Cívica" a unir a luta das oposições, vai na mesma linha da conciliação com o regime ou, quando muito, na mesma linha das indefinições e portas abertas para a conciliação. A proposta se pretende um esboço de "transição do autoritarismo para a democracia" que pudesse culminar em março de 1981 na convocação de uma Constituinte. Mas a questão central, se com Figueiredo ou não, é novamente cornada pelas linhas evasivas do documento.

Do lado do PT, o tratamento dado à Constituinte ficou menos mal, apesar de estar ainda muito longe do satisfatório. A nota do partido esclarece que o PT é contra uma Constituinte com Figueiredo (ver matéria na página ao lado) mas que aprofundará o debate sobre o tema no seu interior. E declarações como a de Olívio Dutra (ver abaixo) demonstram que o campo interno do PT é aberto a esta discussão, mesmo entre aqueles que votaram contra a inclusão desta bandeira no programa, por época do Encontro Nacional do partido.

Esta reavaliação se faz tanto mais necessária, para que o campo de luta contra a ditadura e suas tentativas de reforma, não fique entregue às vacilações e confusões liberais que inundaram o debate político nacional.

(Flávio Andrade)

Um não à conciliação

Por Júlio Tavares



Só o povo nas ruas garantira a soberania da Constituinte.

A discussão sobre a Assembléia Constituinte vai crescendo. São várias as visões, são várias as propostas. Algumas delas indicam claramente caminhos de conciliação nacional. Chegam até mesmo a falar da necessidade de um acordo com o general-presidente. Outras indicam caminhos distintos. Dizem não à conciliação, sim à soberania popular.

Quando Ulisses Guimarães propôs uma Constituinte com Figueiredo sabia muito bem que isto soaria como uma bomba nos arraiais oposicionistas. Principalmente nos setores mais combativos. E isto aconteceu. Muitos foram os pronunciamentos contrários; inclusive de setores do seu próprio partido. Foi o caso da chamada Tendência Popular, que deixou claro não ser esta a sua bandeira. O velho deputado sabia disso. Sua proposta tinha outro endereço. O Palácio do Planalto e os setores fiéis ao governo. Seu objetivo era lembrar ser ainda possível uma saída negociada para a situação de crise profunda.

Para o velho Ulisses, política parece ser discussão. E, como bom "político", está disposto a discutir com Figueiredo. Com esta proposta está estendida uma ponte entre a burguesia na oposição e a na situação. Foi estendida a grande ponte do "acordo" nacional.

O senador Tancredo Neves vai mais longe. Seu grande objetivo é a conciliação nacional, nua e crua. É criar uma aliança entre o governo e os setores da "oposição". Parece querer evitar que o bloco dominante em crise se desgaste ainda mais. Que esta crise resulte em uma profunda e real mudança da sociedade brasileira.

O governo sabe da boa vontade dos setores "oposicionistas" do PP e PMDB. Só que ainda não quer dar um passo mais para este acordo nacional. O governo se sente, ainda, forte. Busca caminhar, ainda, apenas com as pernas dos seus. Mesmo assim acena agradecido para a "oposição". O senador ornitológico diz que Constituinte sim, talvez, em 82. O Ministro da Aeronáutica diz que não. Já existe uma política de abertura comandada por Figueiredo. Assim sendo, por enquanto, fica como está. No futuro quem sabe.

A proposta de conciliação nacional está lançada. Ela pode adquirir a forma de uma constituinte sem participação popular. Um arranjo ao nível do atual Congresso.

Os caminhos da grande maioria do povo

brasileiro são outros. São os caminhos dos trabalhadores das cidades e dos campos. As propostas de conciliação nacional não lhes servem. Uma Constituinte com Figueiredo é uma traição à essa grande maioria. Uma Constituinte com o atual Congresso é buscar, apenas, uma nova roupagem para o atual regime, para a situação de exploração e miséria de milhões e milhões de brasileiros. É avalizar a tortura e morte de dezenas de oposicionistas e combatentes sociais. Conciliação Nacional significa que os atuais dirigentes continuarão mantendo o país de joelhos. E isso não aceitamos. Dizemos bem claro: CONSTITUINTE SEM FIGUEIREDO, CONSTITUINTE DEMOCRÁTICA E SOBERANA.

Foi um grave engano não se ter votado como parte do programa, Nacional do PT, a luta pela Assembléia Constituinte Democrática e Soberana. Creio que este é um dos pontos mais importante da luta democrática no nosso país. Por isso parece ser necessário a rediscussão no PT e a superação desta deficiência. A luta pela independência sindical e política dos trabalhadores, lembremo-nos, é uma luta democrática. Hoje existe uma série de leis que tolhem e criam problemas para as lutas dos trabalhadores. Uma Assembléia Constituinte, verdadeiramente democrática e soberana, é um dos momentos em que as organizações que buscam representar os interesses dos trabalhadores podem disputar a hegemonia da própria sociedade. A Assembléia Constituinte pode ser uma grande escola para os trabalhadores e setores democráticos.

No contexto deste evento, podemos demonstrar que os caminhos de uma demo-

cracia verdadeira são os caminhos que levam a uma mudança profunda na realidade. Esta só pode ser feita pelos trabalhadores e seus aliados com um governo dos trabalhadores. Para que isso aconteça essa Assembléia tem que ser precedida por uma grande campanha de massas a nível nacional. Não por acordos parlamentares com o governo. Uma campanha que discuta em todos os sindicatos, nos bairros, nos locais de trabalho os problemas bem concretos que afetam os setores populares.

Uma Assembléia Constituinte que seja chamada com o mais amplo direito de organização para todos os partidos e movimentos populares; com o direito de voto para os analfabetos e soldados. Uma Assembléia Constituinte que se reúna no contexto do fim da dita lei de segurança nacional, dos ditos órgãos de informação, da plena devolução dos sindicatos intervidos à suas diretorias. Uma Assembléia Constituinte no contexto de uma ampla campanha contra a política econômica do governo que leva os trabalhadores ao desemprego; contra a lei dos estrangeiros, que visa perseguir os exilados latino-americanos em nosso país.

A campanha por uma Assembléia Constituinte como esta não vai levar à conciliação nacional, mas sim servir para a mobilização dos trabalhadores e ajudar a melhor organizá-los e esclarecê-los. O PT tem que ser o principal incentivador dessa campanha. Por isso propomos que todos os núcleos do PT discutam a proposta de fazer nossa a bandeira de uma Assembléia Constituinte Democrática e Soberana, sem Figueiredo.

Desordem? Só a de Figueiredo!

Trechos do pronunciamento do senador Tancredo Neves, presidente do PP, logo após a reunião da Executiva de seu partido, onde ele afirma que a "desordem nas ruas é pior do que a desordem do governo".

A solução é transformar o atual congresso em Constituinte. Uma campanha pela Constituinte, pelos seus ingredientes explosivos poderá gerar desordens nas ruas e por isso devemos temer-la. Hoje, só o presidente pode evitar uma crise institucional enviando mensagem ao Congresso no sentido de elaborar uma nova constituição. Com todas as suas falhas é preferível que o Congresso elabore uma nova constituição do que continuarmos no caos jurídico em que nos encontramos e que poderá levar ao imprevisível.

O PP é prioritariamente a favor

de uma Constituinte direta e só aceita examinar projetos de emendas à constituição diante da manifesta inviabilidade da convocação do povo para eleger uma Constituinte.

Não se pode comparar as campanhas da anistia e da Constituinte no que diz respeito à necessidade de pressão popular. Na anistia a conotação predominante era de natureza sentimental. O movimento era inspirado em sentimentos de solidariedade humana e imposição ética para reparar graves injustiças. No movimento pela Constituinte predominam os fatos políticos e ideológicos que são sempre ingredientes explo-

sivos. E estes ingredientes podem gerar desordens nas ruas. O governo é a desordem institucionalizada, mas a desordem nas ruas é sempre mais grave. Quero uma Constituinte dentro da ordem, rigorosamente democrática. Desordem não é democracia.

Basta que o governo tome a iniciativa, como lhe compete fazendo-o em termos de lealdade para com a nação e permitindo a livre discussão de todos os temas que sacodem a alma nacional para que o Congresso possa dar à nação uma constituição à altura de suas tradições jurídicas.

Só com um governo provisório

Declaração de Olívio Dutra, da Executiva do PT, sobre como o partido deverá discutir a Constituinte.

O PT discorda dos que pretendem formar uma Assembléia Constituinte a partir do atual Congresso. O partido ainda está discutindo o assunto nas bases, mas está propenso a defender uma Constituinte convocada por um governo provisório e democrático, em que haja ampla liberdade de organização.

O regime é que, desgastado, está interessado nesta proposta de uma Constituinte com Figueiredo. Temos que ver que a Constituinte está aí, mas não

é ela que irá organizar o povo; o povo é que, organizado, deve lutar pela Constituinte.

Vamos agora estimular a discussão nas bases para darmos à Constituinte o conteúdo que interessa realmente aos trabalhadores.

Em contactos com outros setores conseqüentes de outros partidos e lideranças populares, estamos colocando a idéia de uma assembléia unitária para debatermos a Constituinte.

Partido dos Trabalhadores responde à conjuntura

A crise é do regime

A "resolução sobre a situação política nacional" e as três outras "deliberações para a orientação da ação política imediata do partido", aprovadas na última reunião da Comissão Nacional do PT.

A última reunião da Comissão Nacional do PT, realizada nos dias 2 e 3 deste mês em São Paulo, buscou definir eixos de intervenção política para a atuação do partido na conjuntura. Neste sentido aprovou-se uma resolução política mais geral e duas orientações específicas sobre a lei dos estrangeiros e a questão nuclear, além de uma nota de saudação à visita do papa.

No plano da legalização, a Comissão marcou para meados de setembro próximo a data para ter pronta a documentação necessária a dar entrada no pedido de registro provisório do partido junto ao TSE. Para tanto, todo o trabalho agora estará voltado para a formalização das Comissões Municipais provisórias no número mínimo de municípios definidos pela lei. Este número já foi atingido politicamente pelo partido que conta hoje com núcleos implantados além dos necessários. Mas a tarefa de aprontar a documentação formal ainda vai tomar um certo tempo.

No plano político, as resoluções aprovadas precisam um pouco mais as prioridades do partido no momento atual apesar de não conseguirem constituir um eixo claro para campanhas políticas realmente viáveis e de mobilização de nossas massas, e de não apresentarem uma alternativa que se contraponha a campanha da Constituinte desenvolvida pela oposição liberal e à conciliação tentada pelo regime.

Aqui, a íntegra das resoluções aprovadas:

"A crise econômico-financeira, política e institucional em que está mergulhada a Nação é de inteira responsabilidade do regime. Os que se apropriaram do poder vem arrancando do povo suas condições mínimas de sobrevivência. Submetem toda a Nação a uma férrea política de arrocho que tira dos salários seu poder aquisitivo, e marginaliza amplos setores da população com um assustador aumento do custo de vida. A situação se agrava com uma inflação desenfreada e um indigênto externo que chega a soma nunca antes alcançadas. Isto tudo permeado por uma corrupção que se alastra nos escalões governamentais, que salta à vista de todos.

Diante dessa situação, e incapaz de dar-lhe solução, o regime generaliza e intensifica uma política repressiva que se dirige, sobretudo, contra os trabalhadores e os demais setores populares. Política repressiva que se alia à propalada abertura, a qual não tem outro objetivo senão o de institucionalizar o regime de arbítrio e perpetuar no poder os que dele se apropriaram há 16 anos.

Como tentativas de resposta a essa crise,

têm surgido de vários lados propostas que vão desde soluções de força até gestos de conciliação sem qualquer respaldo social, que protelam a solução real dos problemas e conferem indevido crédito aos detentores do poder. Nenhuma dessas soluções aponta, na prática, para a participação popular.

O Partido dos Trabalhadores, fiel a seus princípios, reafirma que só a participação efetiva e organizada dos trabalhadores e de todos os setores populares nas decisões políticas poderá assegurar-lhes a real possibilidade de solução de seus problemas. Nesse sentido, o P. T. considera insatisfatórias as propostas de Constituinte até agora apresentadas e repudia especialmente a de "Constituinte com Figueiredo", embora não seja contrário à discussão aprofundada e democrática do real significado para o povo de uma Constituinte.

O Partido dos Trabalhadores considera importante, nesse momento, mobilizar e organizar os trabalhadores e todos os setores populares na luta pelas mais amplas liberdades políticas e sindicais.

Essa luta compreende a revogação da Lei

de Segurança Nacional e toda legislação repressiva e restritiva como a lei de imprensa, o projeto de lei contra os estrangeiros; o repúdio às cassações de mandatos sindicais ou parlamentares; o repúdio a toda e qualquer violência contra os movimentos sociais e políticos, em especial as que se abatem contra os trabalhadores da cidade e do campo.

Igualmente, o P. T. conclama todos a lutarem pela defesa dos direitos dos trabalhadores, em especial pelo direito de greve, direito de livre organização, liberdade e autonomia sindical.

O Partido dos Trabalhadores também considera de importância imediata a luta por melhores condições de vida para toda a população - especialmente nas áreas de educação, saúde, transporte e moradia - e por salários condizentes com as necessidades dos trabalhadores.

Com esta Resolução, o P. T. intensifica com seus militantes uma ampla mobilização em torno desses propósitos e conclama a todas as forças populares a se juntarem neste esforço."

Abaixo o acordo nuclear

"A posição de nosso partido não deve ser contra a energia nuclear em princípio, mas contra a instalação de usinas nucleares em nosso país que, por um lado tem outras alternativas mais viáveis economicamente a partir de nossos próprios recursos naturais, como por exemplo os recursos hidro-elétricos e, de outro, pelo ônus econômico que traria à população na atual situação de crise, de péssimas condições de vida e trabalho que enfrenta.

Isso se agrava na medida que em momento algum nem a comunidade científica e muito menos os trabalhadores e o povo são chamados a decidir sobre esta questão e nem mes-

mo lhes foi dado o direito de ter conhecimento e discutir sobre os riscos que as usinas trazem para toda a população.

Portanto, para o PT, a questão das usinas deve ser tratada por dois eixos: a questão econômica e a da participação popular nas decisões.

Cabe ainda destacar o grande negócio que este acordo representa tanto para o governo alemão (que em 1975 teve a expansão nuclear em seu país praticamente paralisada, nenhuma usina mais tendo sido encomendada) e para o próprio governo brasileiro.

Neste sentido, propõe:

1. Formação de um grupo de

trabalho do partido sobre a questão energética;

2. Recomendar às bases que levem esta discussão a todos os locais que tenham condições de atingir, utilizando também para isso especialistas no assunto.

3. Recomendar também que seus militantes participem e incentivem a criação de movimentos contra a implantação das usinas nucleares, sobretudo nas áreas a serem atingidas.

4. Recomendar às suas bancadas parlamentares que envidem esforços no sentido de criar obstáculos à implantação de usinas."

Em defesa dos estrangeiros

"O P. T. resolve também manifestar seu repúdio ao projeto de lei 9/80 mais conhecido como lei dos estrangeiros, pelas seguintes razões:

- Através dele o Brasil nega sua tradição de hospitalidade e desconhece a própria origem de seu povo, fruto do caldeamento de raças, culturas e nacionalidades diversas.

- Viola tratados de Montevideu e Caracas.

- Viola a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da qual é signatário.

- Ignora a solidariedade humana.

- Abre a possibilidade de novos casos de expulsão.

- Expõe refugiados argentinos, uruguaios, chilenos e paraguaios residentes no Brasil à possibilidade de nego-

ciação direta do governo brasileiro, com o nacional de origem do refugiado para a repartição compulsória, que significa o encarceramento de refugiados políticos em seu país de origem.

Nesse sentido propõe:

1. Que as bases do Partido assumam o encaminhamento do abaixo-assinado encabeçado pelo "Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina".

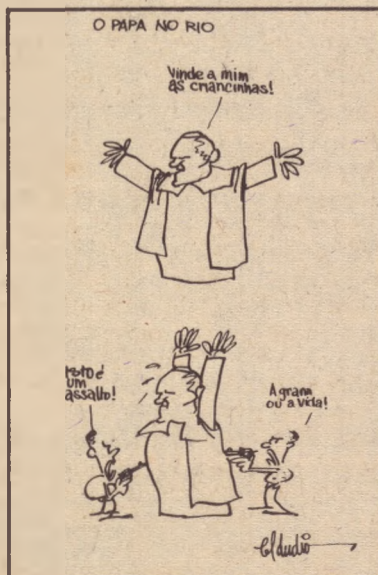
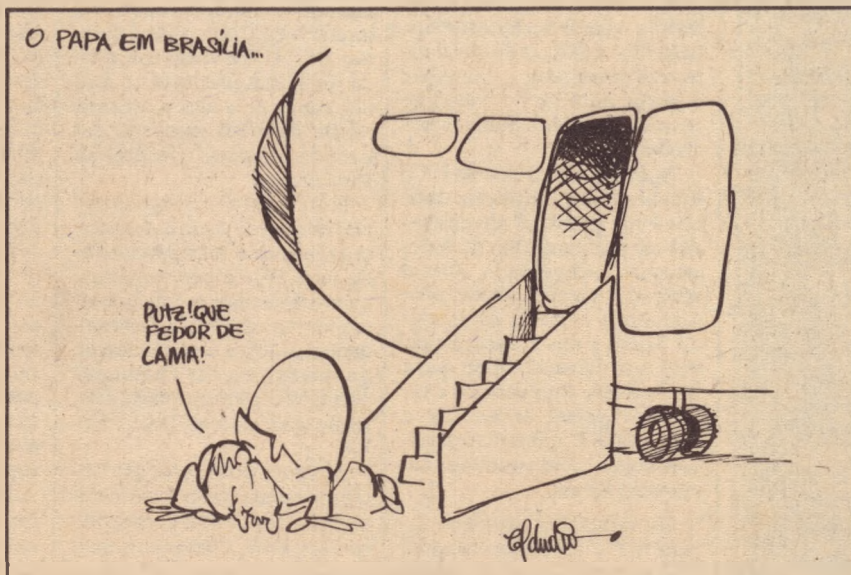
2. Engrossar a caravana a Brasília no dia 4 de agosto.

3. Pressionar por todas as formas, através da ONU, bancadas parlamentares manifestações, a retirada do projeto por parte de governo (só ele pode retirar) antes que seja aprovado pelo decurso de prazo, que se dará no dia 5 de agosto".

Ao Papa

"O Partido dos Trabalhadores vem a público saudar com alegria a vinda do Papa João Paulo II.

O P. T. espera que esta visita ao nosso povo cristão sirva para reforçar e incentivar o trabalho pastoral e o apoio que a Igreja no Brasil vem dando ao movimento operário e popular. Este apoio, em especial em São Paulo, vem sendo inestimável para que o povo possa enfrentar os obstáculos que se lhe interpõem quando inicia sua caminhada na conquista de seus direitos e da democracia."



Por uma UNE de combate

O Seminário sobre a universidade brasileira realizado pela UNE e os debates e resoluções do 1º Conselho Nacional de Entidades de Base - CONEB, entre os dias 4 e 9 de Julho no Rio marcaram um momento de retomada do movimento estudantil.

Por Flávio Silveira

A pesar da proibição da ditadura, da chuva, do cansaço acumulado, mais de 1000 estudantes realizaram dos dias 4 a 9 de julho no Rio de Janeiro, o primeiro Seminário e o primeiro CONEB - Conselho Nacional de Entidades de Base - da UNE após a sua reconstrução.

A preparação para o Seminário sobre a Universidade Brasileira ainda deixou muito a desejar, pois não foram apresentadas teses, documentos, e nem houve muita discussão entre os estudantes nas escolas em todo o país.

Mesmo contando com a participação de Darci Ribeiro, Perseu Abramo, Marco Aurélio Garcia e outros estudiosos do assunto, a discussão realizada foi insuficiente, deixando claro a debilidade de elaboração existente hoje sobre a universidade brasileira.

Na verdade, no Seminário foram privilegiadas as polêmicas que depois iriam ser debatidas no CONEB, principalmente sobre qual a proposta de luta concreta a ser encaminhada pela UNE no segundo semestre, a situação do movimento estudantil gaúcho, lutas democráticas, etc.

Para unificar e centralizar as lutas contra o ensino pago em todo o país, tentando romper o isolamento social e ao mesmo tempo enfrentar diretamente o MEC, a maioria dos estudantes presentes se posicionou pela realização de três dias de GREVE GERAL NACIONAL, com o eixo de **nenhum centavo de aumento a mais** no segundo semestre e por mais verbas para a educação, tendo como referencial o índice de 12% para a educação no orçamento da União.

Além disto, foi referendada a posição dos estudantes gaúchos de reconhecimento da UEE/RS como a única entidade estadual, e também foram aprovadas campanhas como a luta pela realização das eleições municipais em 80, contra a repressão e a Lei de Segurança Nacional e por uma Assembleia Nacional Constituinte Democrática e Soberana, precedida por ampla liberação de organização partidária pelo fim da ditadura.

A diretoria da UNE em todos os momentos vacilou e alterou as suas posições em cima da hora. Até na discussão sobre a luta contra o ensino pago, por exemplo, ela não tinha nenhuma proposta definida e, segundo um dos seus diretores, Vaccarezza, "a

maioria dos seus membros inicialmente não eram favoráveis à idéia de se encaminhar alguma ação unitária". Sob a influência de um grande número de diretórios, a diretoria modificou totalmente a sua posição. Em outra ocasião isto se verificou de forma mais acentuada, quando no início da discussão sobre o movimento estudantil gaúcho ela reconheceu a existência de duas entidades representativas para, alguns instantes antes da votação defender a UEE como entidade máxima e unitária.

As vacilações da diretoria resultam da polarização existente no plenário entre dois grandes blocos que através das discussões iam se configurar: de um lado àqueles que defendiam a Greve Nacional, a UEE do Rio Grande do Sul, e a linha de atuação para uma UNE de combate; de outro, aqueles que eram contra uma ação unitária nacional, favoráveis ao DEE ou um processo intermediário, conciliador para os estudantes gaúchos e, disfarçadamente, o imobilismo reformista para a intervenção da UNE.

Os segundos, identificados com o jornal **Hora do Povo** e o DCE da USP, foram os grandes derrotados do CONEB, pois a maioria das suas propostas foram rejeitadas pelos estudantes e eles se isolaram do conjunto do plenário.

Os primeiros, os setores mais avançados do movimento estudantil, saíram em todos os sentidos vitoriosos neste enfrentamento, quer seja pelas discussões desenvolvidas, ou pelo fato de grande parte de suas propostas terem sido aprovadas. Casa vez mais, estes, que se identificam com a luta pela independência política dos trabalhadores e simpatizam com o PT, estão ganhando força no movimento estudantil a nível nacional. Alguns chegam até a afirmar, como é o caso de Vaccarezza, que "a maioria dos representantes de entidades de bases são favoráveis a proposta do Partido dos Trabalhadores", o que pode ser confirmado pela manifestação do plenário quando foi levantada uma faixa do PT se solidarizando com a luta da UNE.

O CONEB já deu os primeiros indícios de uma alteração da correlação de forças no movimento estudantil e ao mesmo tempo se constituiu em uma vitória para os estudantes de todo o país que necessitam de uma entidade máxima atuante e combativa, capaz de unificar a luta de todos contra a ditadura e a sua política para a educação.

Derrubar a ditadura

Por Sérgio Marino Alves

O CONEB aprovou ainda a deflagração das seguintes campanhas com vistas a intensificar a luta contra a ditadura militar: por uma Assembleia Constituinte, democrática e soberana, pela realização das eleições municipais de 80, pelo fim da Lei de Segurança Nacional e por um Encontro Nacional das Oposições.

A definição de eixo central de luta para o segundo semestre, a nível das lutas sociais que hoje travam trabalhadores e setores oprimidos, revelou uma homogeneidade no plenário quando cerca de 85% das entidades presentes ao CONEB aprovaram uma campanha pela Assembleia Nacional Constituinte, democrática e soberana.

A aprovação desta bandeira de luta vem como resultado de discussões que existem no interior do movimento estudantil quanto à democracia e seu exercício pelas amplas massas do movimento operário e popular. Resulta também da necessidade sentida pelo movimento da agitação de uma palavra de ordem que coloque às claras sua alternativa, a nível de poder, a esta ditadura que com seus acenos de democracia visa apenas uma reforma da atual cons-

tituição, obstaculizando assim o exercício da democracia pelas massas trabalhadoras.

Dentro deste combate pela Constituinte os estudantes entendem que a democracia e a soberania desta Assembleia devem ser conquistadas pelo conjunto do movimento operário e popular, e a estes não interessa uma Constituinte outorgada com a presença de generais no poder, proposta esta que deve ser repudiada pelo conjunto dos estudantes.

É necessário então precisarmos que a Constituinte pela qual lutamos deve vir precedida pela livre organização e expressão partidária à todas as correntes do movimento operário e popular.

As manobras do regime como a tentativa de adiamento das eleições municipais de 15 de novembro atuam no sentido de impedir a expressão de descontentamento geral que hoje é evidente em amplos setores da população. A luta pela manutenção da data destas eleições faz parte dentro deste contexto da luta que hoje travam estudantes e trabalhadores pelo fim do regime militar e pela livre manifestação dos anseios populares.

Pelo fim da Lei de Segurança

Nacional: quando a população de Florianópolis saiu às ruas para "prestigiá-la" o general Figueiredo, os detentores do poder não tinham com o que justificar atos de tão pouco prestígio e num ato de desespero terminaram por enquadrar na Lei de Segurança Nacional vários estudantes catarinenses.

Desde então, a LSN vem sendo aplicada em todos os cantos do país contra dirigentes sindicais, afastando, ou pelo menos tentando afastá-los, da direção dos sindicatos que representam.

Para tanto uma campanha pelo fim da Lei de Segurança Nacional é tarefa também dos estudantes para o segundo semestre, como foi aprovado pelo CONEB da UNE.

A campanha pela Assembleia Constituinte, democrática e soberana, bem como as lutas pela realização das eleições de 15 de novembro e pelo fim da LSN encontram respaldo hoje no interior das oposições ao atual regime e, afim de que estas lutas sejam encampadas por amplos setores oposicionistas é que surge a proposta de um Encontro Nacional das Oposições. Ele vem no sentido de unificarmos estas bandeiras com o conjunto do movimento de massas.

Enterrado o DEE

O CONEB acabou de vez com a pretensão dos adeptos do jornal Hora do Povo e seus seguidores, de impor aos estudantes gaúchos uma entidade criada pela ditadura, o DEE - Diretório Estadual dos Estudantes.

A União Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Sul - UEE/RS - é a entidade máxima dos estudantes gaúchos. Única e unitária. Foi isso que mais de 80% das entidades presentes no 1º CONEB da UNE declararam estrondosamente. Aos gritos de UEE!UEE!UEE! aproximadamente 1000 pessoas deixaram claro a não existência de divisão no movimento estudantil gaúcho que mais do que nunca está unido para encaminhar a greve nacional e todas as outras campanhas tiradas neste encontro.

Após o 2º congresso da UEE nos dias 28 e 29 de março, onde estiveram presentes 306 delegados representando 86 entidades estudantis do Estado, foram realizadas eleições diretas para a primeira diretoria da entidade. Trinta e seis mil estudantes votaram, deixando claro que a UEE obteve implantação e representatividade maior que a própria UNE, que nas suas eleições contou com vinte e seis mil votos no Estado.

Os estudantes gaúchos sabem que o Diretório Estadual

dos Estudantes - DEE - que nunca encaminhou luta nenhuma, que tão pouco realizou eleições ou qualquer outra forma de participação da massa estudantil, é um aparelho da ditadura e por isso não teria sentido seu reconhecimento como a entidade estadual. Foi com o espírito de defender a legitimidade da UEE-RS que a delegação gaúcha interveio neste 1º CONEB com a proposta de reconhecimento de sua entidade estadual.

Uma segunda proposta, feita pelo DCE da USP, reconhecia a UEE como única entidade representativa mas propunha a realização de um CEE no Rio Grande do Sul, convocado pela diretoria da UNE, onde a questão DEExUEE fosse discutida. Ora, essa proposta no fundo, colocava o não reconhecimento da UEE passando por cima do congresso e das eleições já realizadas.

No entanto a polarização real estava colocada entre a terceira proposta, feita pela diretoria da UNE - o não reconhecimento de nenhuma entidade estadual representativa dos estudantes gaúchos e a convocação de novas eleições chamadas pela UNE - e a proposta da delegação gaúcha feita pela UEE-RS.

Surpreendentemente nenhum estudante gaúcho compareceu no CONEB para defender o DEE. Onde estavam os

representantes desta "entidade"? Onde estava Geraldo Rosa, seu presidente? Certamente para estes adeptos do puxa-saqueismo governamental, fortalecer a UNE e o movimento estudantil brasileiro, participando do seminário e do CONEB, é uma coisa sem a mínima importância. É sabido de todos que lá estavam presentes, que a defesa do DEE ficou por conta do grupo estudantil identificado com o jornal Hora do Povo.

Resta esclarecer a incoerência desta proposta de não reconhecimento ter sido encaminhada ao plenário pela diretoria da UNE. É preciso muito papel e tinta para escrever e explicar as vacilações da atual diretoria de nossa união nacional e o grande espaço que os apoiadores do Hora do Povo encontram lá dentro. Por enquanto basta dizer que alguns minutos antes da votação sobre esta questão ser efetivada, a diretoria da UNE decidiu retirar a proposta que ficou apoiada apenas por alguns estudantes presentes no CONEB. Assim, no dia 8 de julho, às 13 horas, quem estava no ginásio da Universidade Santa Úrsula presenciou uma massa de mais de 600 pessoas se soerguer do chão num único salto e, vibrando centenas de cartões azuis, os crachás dos delegados, comemoraram a vitória da democracia e unidade do movimento estudantil gaúcho. (F.S.)

À Editora Aparte S.A.
Rua Francisco Leitão, 57 - Pinheiros - SP
CEP 05414 - Fone: 852-8880

Longa vida ao jornal EM TEMPO!

Estou enviando o cheque por uma assinatura anual
Comum: Cr\$ 500,00 () Apoio: Cr\$ 1.000,00 () Exterior: US\$ 40,00 ()

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

Estado:

CEP:

AVISO AOS LEITORES

Com o arrocho inflacionário na casa dos 100% ao ano seremos obrigados a aumentar o preço de capa do jornal em 20% a partir da próxima edição. Assim, ele irá para Cr\$ 30,00.

estudantes

Greve Geral Nacional

A proposta aprovada pelo CONEB de uma greve nacional de três dias no próximo semestre.

O 1º CONEB se iniciou já dentro de um clima de simpatia generalizada entre os estudantes pela proposta de uma greve geral de três dias no segundo semestre deste ano como forma de unificar a luta por mais verbas levadas em várias escolas de forma dispersa e diferenciada.

Os grupos Libelu e Convergência Socialista eram partidários de uma greve por tempo indeterminado até a obtenção das reivindicações. Os colaboradores do jornal "Hora do Povo", acusavam a greve como de "calendário". Como alternativa, lançaram a proposta de boicote a qualquer aumento nas anuidades acima de 35%. O que não significava boicote às anuidades, visando pressionar as direções dos estabelecimentos de ensino a baixar o preço das mensalidades, métodos já consagrado pelos estudantes brasileiros das escolas particulares, como a Católica de Minas, PUC de São Paulo, etc. A proposta deste grupo era apenas boicote do que excedesse a 35%, e não mecanismo de pressão e forma de luta.

Após intensos debates, a maioria esmagadora dos presentes optou pela greve geral por três dias, que terá como eixos: nem um centavo a mais nos aumentos das escolas particulares, mais verbas para a educação, cujo índice seja 12% do orçamento da União (maior índice já estabelecido no país, em 1963) e suplementação das verbas nas escolas públicas.

A greve estudantil deverá coincidir com a proposta aprovada pelos docentes, durante a SBPC, de também paralisar as atividades acadêmicas por três dias. E deverá ser enfeichada com manifestações públicas buscando agregar outras entidades interessadas na melhoria da educação, já que a essência do movimento é verbas para todos os níveis de educação e não apenas para os cursos superiores.

É importante, ressaltar alguns avanços que a proposta de greve nacional dos estudantes pode proporcionar às lutas dos estudantes. A greve deve ser o resultado de uma intensa preparação nas escolas, demonstrando que a saída para os problemas específicos de cada escola passa por uma unificação nacional. Hoje no Brasil, são diversas as universidades em que apesar das condições de ensino estarem em situação precaríssima, os estudantes não se dispõem a continuar lutando sozinhos, uma vez que têm uma larga experiência de derrotas neste tipo de luta. É o caso, por exemplo, da Faculdade de Medicina da UFMG, onde o Hospital das Clínicas encontra-se com 2/3 da sua capacidade desativada. Diversos foram as lutas por uma ampliação da sua capacidade, porém não foram bem sucedidas.

Um dos objetivos centrais desta greve é abrir um processo de lutas. Um outro objetivo central é a repercussão social que ela pode dar à luta pelo aumento do índice do orçamento nacional destinado à educação. Neste sentido é muito importante a tentativa de unificação com as associações docentes que também estão planejando a realização de uma greve nacional de docentes por três dias.

E por fim, o processo de mobilização dos estudantes deve ser feito a partir de amplas assembléias por escolas, ou por universidades, que permitam uma participação de todos no processo de mobilização.

A luta agora é nacional

Cerca de 800 delegados de 17 Estados do país realizam o Congresso Nacional dos Profissionais de Educação em São Paulo nos dias 14 a 17 de julho. A reivindicação de reajuste semestral para a categoria será o eixo de luta da campanha que os professores prometem deflagrar no segundo semestre.

Por Raul Pont

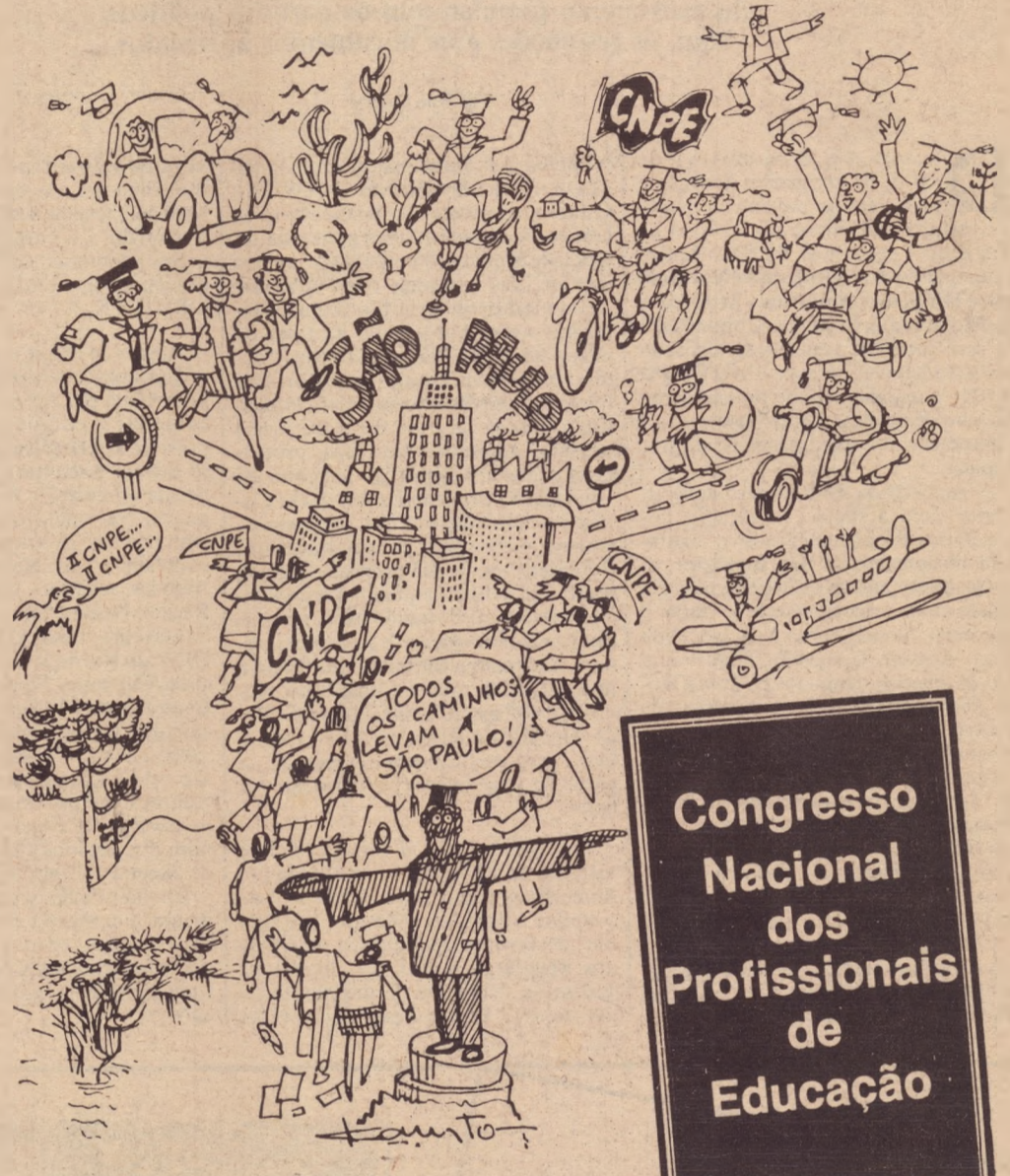
Em seu segundo dia de encontro, os professores de todo o país, reunidos no Congresso dos Profissionais de Educação, avaliaram o movimento durante o primeiro semestre.

A partir de suas ricas e heterogêneas experiências regionais, os professores extraíram ensinamentos para as novas lutas nacionais no segundo semestre. A enorme diversidade nas condições de trabalho e no grau de organização da categoria em cada Estado torna bastante difícil uma homogeneidade dessas lutas. Os relatos evidenciaram, por exemplo, as péssimas condições de trabalho e remuneração dos professores de áreas do norte, comparadas com outras regiões do país. As professoras municipais de Castanhal, no Pará, foram à greve com apoio unânime da comunidade, devido aos salários de fome, ilegais, que o próprio governo municipal paga. Além de receberem menos da metade do salário mínimo regional, as professoras tinham seus descontos calculados na base do salário mínimo.

Se na região sul essa situação, ou então o caciquismo predominante nas nomeações, nos cargos de direção escolar, no uso eleitoral da estrutura não é tão acentuada, os problemas também existem. As entidades dos principais Estados como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro sofrem as mais variadas formas de repressão que vão desde o sufoco econômico, pelo boicote ao desconto das mensalidades através das folhas de pagamento da rede pública, até a pura e simples violência sobre os diretores das entidades.

Acumulando forças

As conclusões da maioria dos grupos apresentaram um grande consenso na avaliação do semestre passado. O movimento não repetiu o grande ascenso e o



Congresso Nacional dos Profissionais de Educação

grau massivo de participação das greves de 1979, nem conquistou vitórias significativas como no ano passado. Sofreu, inclusive, algumas derrotas como a greve dos professores mineiros, violentamente reprimida.

Alcançou, porém, vitórias importantes em Estados como a Paraíba onde os professores retiraram sua entidade das mãos de uma direção pelega.

As derrotas, no entanto, não configuraram, na avaliação dos professores, uma desmoralização do movimento ou um descrédito em suas direções mais combativas. O movimento viveria hoje um período de reflexão, de aprofundamento orgânico de suas experiências. Aprenderam que o caráter espontâneo e surpreendente do ano passado

não é suficiente para conquistar novas vitórias. O regime recrudescer sua violência. Apesar da grande imprensa procurar jogar as mobilizações reivindicativas contra a opinião pública.

O movimento precisaria, agora, fortalecer seu processo de organização nacional e, principalmente, desenvolver no próximo período campanhas nacionais centralizadas e unitárias para que em seus variados graus de experiência e organização vivencie a necessidade de uma entidade que centralize e dirija o movimento nacionalmente.

Campanhas unitárias

Quando esta edição estava sendo fechada, ainda com dois dias de Congresso

pela frente, eram votadas no plenário as campanhas nacionais que serão levadas pelo professorado no segundo semestre deste ano. Com 2/3 dos votos do plenário foi aprovada a proposta de se constituir como eixo central das lutas a reivindicação de reajuste semestral nos salários dos professores, sendo derrotada a proposta alternativa que apontava a luta por mais verbas para a educação - tendo como referência 12% do orçamento da União e 25% nos Estados destinados à educação. Mas ficaram aprovadas como campanhas a serem também encaminhadas, embora não como eixo central, esta luta por mais verbas juntamente com a reivindicação de estabilidade no emprego e aposentadoria aos 25 anos de serviço.

Encontro de Taboão da Serra

A unidade, num patamar mais elevado

Em meio ao silêncio de quase toda a imprensa, 51 sindicalistas e militantes do movimento popular de oito Estados da Federação, reuniram-se em Taboão da Serra, SP, para discutir os rumos do sindicalismo brasileiro e a relação do movimento popular com os partidos políticos. Aqui, as resoluções e os documentos aprovados.

Por Tom Duarte

Durante três dias, de 4 a 6 de julho, 51 dirigentes sindicais e militantes do movimento popular, estiveram reunidos em Taboão da Serra, nas cercanias de São Paulo, participando do II Encontro Nacional entre Dirigentes Sindicais e Militantes do Movimento Popular. Continuação de um Encontro semelhante realizado em João Monlevade (ver EM TEMPO nº 109), a reunião marcou um momento decisivo de aglutinação dos setores mais combativos do movimento sindical e popular.

A importância do Encontro pode ser aferida com a simples verificação dos signatários do documento final, intitulado Documento de São Bernardo em homenagem aos metalúrgicos daquela cidade onde originalmente se daria o Encontro. Nomes como Luis Inácio da Silva, Arnaldo Gonçalves, João Paulo de Vasconcelos, Hugo Perez, José Cicotti, sem dúvida os mais expressivos dentre os 21 dirigentes de sindicatos urbanos, somavam-se aos de dirigentes sindicais do campo (quatro) e integrantes dos diversos trabalhos de base, Oposições Sindicais, Comissões Pastoris Operárias e da Terra (26), representando os Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo.

Como saldo importante do Encontro, além dos documentos (ver abaixo) saem os debates travados em torno da chamada Unidade Sindical e do Encontro

Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES). Quanto ao primeiro, destacam-se as críticas à atuação desorganizada da Unidade Sindical, o predomínio, em seu interior, das correntes mais atrasadas (como lembrou Arnaldo Gonçalves, muitas vezes em função da falta de maior empenho dos sindicalistas "autênticos"), bem como seu sectarismo frente ao movimento popular, evidenciado durante a greve do ABC: nessa ocasião, alguns sindicalistas, pretendendo falar em nome do conjunto da Unidade Sindical, retiraram-se do Comitê de Solidariedade. Por isso mesmo, embora reafirmando a importância do fortalecimento de sua proposta original, houve um consenso quanto à necessidade de mudança do nome para Intersindical, mas abrangente e menos desgastado. Da mesma forma, foi ratificada a necessidade de que a Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCIAT), já transferida para 1981, seja o mais democraticamente preparada, a partir de uma intensa participação das bases.

Por outro lado, a importância e validade do ENTOES foi levantada por sindicalistas como João Paulo de Vasconcelos e Joaquim Arnaldo, este último membro do Movimento de União dos Metalúrgicos (MUM), do Rio de Janeiro, e integrante da direção nacional do PT. Frutos dessa intervenções

são a menção em apoio aos encontros de trabalhadores em oposição à estrutura sindical, incluída no Documento de São Bernardo e o comprometimento de várias lideranças sindicais que até aqui se mantiveram à margem, em fortalecer o ENTOES.

Apesar de não se contrapor às demais articulações intersindicais existentes, e justamente por ser mais abrangente, ao englobar o conjunto do movimento popular, o Encontro de Tabão da Serra se definiu por uma certa formalização de sua articulação. Foi tirada uma Comissão Nacional, formada pelos representantes das diversas regionais em que se dividiu o país: Nordeste (Raimundo Ananais, sindicato dos securitários do Recife), Norte (Antônio Vieira - FASE, Santarém), Leste (Lourenço Zanetti, FASE do Rio de Janeiro), Centro (Francisco Carvante, Sindicato de Paulínia), Centro-oeste (Antônio Moreira, Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações, Minas Gerais) e Sul. Esta comissão está encarregada de encaminhar a realização do próximo encontro, previsto para o dia cinco de julho de 1981, num dos Estados da Região Leste (Rio de Janeiro e Espírito Santo).

Em São Paulo, seguindo a orientação de que se promova encontros estaduais, mais amplos, envolvendo um número maior de entidades, deverá se realizar uma reunião regional no dia 16 de agosto.

A política e o movimento

Inicialmente, o documento define o que seus signatários entendem por movimento popular, "como todas as formas de mobilização e organização de pessoas das classes populares diretamente vinculadas ao processo produtivo, tanto na cidade como no campo". Incluem, nessa categoria as associações de bairros da periferia, os clubes de mães, as associações de favelados, os grupos de loteamento clandestino, as comunidades de base, os grupos organizados em função da luta pela terra e outras formas de lutas e organizações populares. No mesmo sentido, consideram que o movimento sindical faz parte do movimento popular, destacando o seu caráter de classe.

Esse mesmo caráter de classe passa a ser progressivamente assumido pelo próprio movimento popular. Isso se dá em função do apoio que vem prestando ao movimento sindical que, muitas vezes, em função da repressão e do controle exercido nas empresas, tem nos bairros o local onde consegue se organizar.

A educação política

Para eles, as lutas levadas pelo movimento popular e sindical revelam a necessidade de um canal de representação, mobilização e expressão política. O partido político, visto não apenas em sua atuação parlamentar, "mas sobretudo como um fator de organização das classes populares, capazes de, em busca de sua libertação, transformarem o sistema político-econômico e social que nos domina e criarem seu próprio projeto alternativo". O documento combate os preconceitos existentes com relação aos partidos, manifestados em expressões do tipo "o partido não é necessário", "quem está em partido não deve estar em movimento popular", "partido é para políticos e nós da base nada temos a ver com isso". Isso se deveria, em grande parte, à tradição política da classe dominante, que pretende exercer, "em nome do povo", o poder. Outra causa desses preconceitos, numa crítica explícita a prática muitas vezes vigente na esquerda brasileira, é "à maneira como certos setores, teoricamente preocupados com este movimento, procuram "politizá-lo", de fora para dentro ou de

cima para baixo, como seres dotados de toda ciência política a ser mecanicamente infundida na consciência popular".

Para superar esses problemas, o documento preconiza um intensivo trabalho de educação junto às massas populares, procurando despertar-lhes a consciência da validade de sua participação política, destacando que "a atividade partidária não deve ser excluída e jamais desvinculada do trabalho de base e da inserção do militante nos movimentos populares.

O partido político

Ao enfatizar a necessidade de que o partido político das classes populares tenha seus princípios embasados na prática, na história dos movimentos, visando a tomada do poder "a serviço da construção de uma sociedade sem opressores e oprimidos", O Documento de São Bernardo, esboça suas principais características: a prática democrática, ensejando nos setores populares o poder de decisão; assumir os interesses populares; promover sua organização, respeitando suas prioridades e especificidades regionais; ser instrumento das lutas populares, sem pretender constituir-se no único instrumento de unificação política dessas lutas; finalmente, não fixar-se somente na luta parlamentar ou dar prioridade a ela.

Na parte final, é fixada a relação entre o partido e os movimentos populares, com o primeiro respeitando a sua autonomia, "sem pretender torná-los meros reflexos de sua atuação ou extensão de suas esferas". O partido não pode arvorar-se em tutor das lutas populares, nem a luta partidária deve ser confundida com a luta sindical. Além disso, recomenda-se aos militantes do movimento popular comparar a prática dos partidos com seus programas, avaliar se o partido se coloca a serviço das classes populares, "se caminha rumo ao poder exercido pelas classes populares, se desenvolve trabalho de educação política de base". Como instrumento de luta das classes populares, ele deve evitar todo o risco de exclusividade absoluta, assumindo as decisões da base, ainda que elas não estejam no seu programa.

Os rumos do sindicalismo brasileiro

Nos últimos anos, o movimento sindical, da cidade e do campo, reassume a sua luta tendo em vista a emancipação dos trabalhadores frente ao sistema opressor, marcado pela exploração do trabalho pelo capital. Porém, foi somente no decorrer da recente greve do ABC que se evidenciou a necessidade de interligação dos movimentos populares, pela natureza comum de seus objetivos, embora, por algum tempo caminhassem isoladamente.

Tal conjuntura naturalmente

propiciou uma atuação mais abrangente, tendo em vista a necessidade de uma interligação efetiva e dinâmica, tanto dos sindicatos como dos movimentos populares. E ela se faz necessária sobretudo, quando nos deparamos com uma frente formada de patrões e governo - aliança que ficou ainda bastante clara nos últimos episódios do ABC e nas demais lutas populares - em decorrência de um objetivo comum: a exploração brutal dos trabalhadores brasileiros.

A constatação desse quadro



mostra, então, que a emancipação do trabalhador se efetivará no momento em que sindicatos e outros movimentos populares avançarem para uma organização sólida e decidida, fixando-se o principal ponto de apoio de suas lutas, num proces-

so constante e permanente.

1 - As novas lições da luta sindical

O avanço das lutas e da organiza-

ção dos trabalhadores, particularmente na região do ABC, defrontou-se com uma falsa abertura política e com a repressão indiscriminada por parte do governo e dos patrões (nacionais e estrangeiros). Colocou, na prática, a necessidade da luta sindical, através do fortalecimento da organização dos trabalhadores nas bases, de um maior entrosamento dos sindicatos (a nível municipal, regional, nacional e internacional) e de uma maior aproximação dos sindicatos com os outros movimentos populares.

A atuação por dentro dos sindicatos é que deve encaminhar a luta sindical, numa prática onde as lideranças estejam sempre em sintonia com as bases, no sentido de se fazer um trabalho permanente de informação, mobilização e organização da categoria, não se limitando somente aos períodos de campanha salarial.

A direção sindical deve ser um instrumento dos interesses e das decisões tomadas pela sua base mobilizada e organizada. Essa postura é necessária para que as bases não se tornem dependentes das direções e possam, na falta destas, substituí-las sem maiores prejuízos para a luta. Assim, o sindicalismo deve ser praticado em todos os locais possíveis: começando nos locais de trabalho, passando pelas mobilizações de bairro e terminando no sindicato,

para se dar uma maior força e unidade na luta.

O Governo está jogando com o paternalismo e o assistencialismo, tanto no campo como na cidade, comprometendo o movimento sindical. O Governo e os patrões criam todo tipo de dificuldades para a formação de entidades livres e independentes. Assim, através da prática da luta reivindicatória, os trabalhadores percebem a íntima ligação que existe entre Governo e Empresa. Percebem, também, de que lado se encontram certos dirigentes sindicais, que preferem o conforto de seu gabinete do que estarem no local de trabalho junto com o trabalhador. Em função desses tipos de prática, facilitadas pela atual estrutura sindical, têm surgido as oposições sindicais que quando saídas do seio das categorias, não só contribuem nas lutas dos trabalhadores, como também, para que existam sindicatos autênticos.

Nas últimas greves, evidenciou-se a importância dos outros movimentos populares para o fortalecimento do movimento sindical autêntico. Ressaltem-se as campanhas de solidariedade e o fundo de greve, que partiram de diversos setores e movimentos sociais.

A garantia de um movimento grevista não se prende tão somente nas decisões das vanguardas que, por mais consequentes que sejam,

Em Minas, um encontro representativo

Muita representatividade foi a marca da versão regional mineira do Encontro Nacional de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES). Sindicalistas combativos e oposições, mostram que o caminho da Unidade é possível, superando os erros do ENTOES paulista.

Da Sucursal

Havia um clima de grande expectativa pesando sobre o Encontro dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES-MG), realizado dia 13 último em Contagem. Não apenas pelo fato de ser uma oportunidade histórica, inédita nos últimos 16 anos para os trabalhadores mineiros, mas também, dado os problemas ocorridos durante o ENTOES de São Paulo, que não alcançou seus objetivos devido à ausência do sindicalismo autêntico e ao sectarismo de algumas tendências que defendem o paralelismo sindical. Expectativa que, em grande parte, se confirmou.

Estavam presentes direções de 15 sindicatos mineiros: metalúrgicos de João Monlevade, de Acesita, de Ipatinga e de Ouro Preto, professores da rede particular, trabalhadores em telecomunicações, mineiros de Nova Lima, Senalba, Trabalhadores rurais de Teófilo Otoni, médicos, petroleiros, assistentes sociais, hidrelétricos, bancários, gráficos e jornalistas. Compareceram, ainda, as oposições metalúrgicas de Contagem e Betim (cujo sindicato encontra-se, atualmente, sob intervenção), tecelões, comerciantes. Além de entidades de cunho sindical como a União dos Trabalhadores do Ensino UTE, a associação pró-sindicato dos enfermeiros, conformando no conjunto, representações de 22 categorias de trabalhadores de várias cidades do Estado. Enfim, uma representatividade inquestionável se comparado o nível atual de organização sindical.

Foi reafirmado nesse Encontro, a proposta original do ENTOES que, ao mesmo tempo em que objetiva o combate unificado das oposições e sindicalistas autênticos à estrutura sindical, repudia o paralelismo. Isso ficou demonstrado pelo fato de que, das sete teses apresentadas com exceção de apenas uma, todas criticavam as propostas defendidas pela auto-denominada Comissão Nacional de Entidades Livres (CNEL). Mas sobrou também para a reforma e para os pelegos: a atuação dessa espúria aliança no interior da Unidade Sindical foi veementemente criticada pelos participantes do Encontro. Olívio Dutra dos bancários de Porto Alegre, e que se encontrava na condição de observador, criticou o fato de que a Unidade Sindical hoje se identifique como "uma tendência no meio sindical que de maneira nenhuma abarcava as experiências mais ricas de organização horizontal no período recente do sindicalismo brasileiro".

Tendo aprovado teses importantes como a da formação da Central Única dos Trabalhadores, o ENTOES/MG se ressentiu, no entanto, de uma certa generalidade, não conseguindo definir um programa claro de intervenção nas lutas sindicais. De qualquer modo, a sua importância no sentido de possibilitar uma ação unitária entre todos os setores combativos do movimento operário restou como saldo importante desse encontro que decidiu entregar aos 36 delegados eleitos a dinamização do ENTOES em Minas, pelo menos até o Encontro Nacional, previsto para dezembro deste ano.



devem se ater à decisões emanadas de toda a categoria. Da mesma forma, o piquete não pode ser encarado como base de sustentação de uma greve ou mesmo razão máxima da greve, e sim, como mais um dentre outros componentes da mesma.

Ainda deve ser lembrado e levado em consideração o fato do atropelamento da diretoria pela base que, em muitos momentos, tem se mobilizado e evançado em suas greves, deixando claro que os trabalhadores estão adquirindo uma consciência de classe desmascarando, na prática, o manobrista e o imobilismo de muitas direções sindicais, escoradas na atual estrutura.

2 - Como interligar o movimento sindical com as outras organizações populares.

1.1 - Dentro do princípio de que o movimento sindical não deve isolar-se dos outros movimentos populares, mas considerar-se parte dele, existe a necessidade urgente de rompermos com preconceitos, tanto do movimento sindical como dos demais movimentos populares difundidos pela ideologia dominante e que em nada contribuem para a

efetivação dessa interligação.

2.2 - Exercitar a solidariedade na cooperação mútua com os sindicatos, imprimindo e divulgando o material e a prática das organizações populares. Utilizar a imprensa sindical para divulgar as lutas que estão sendo travadas nos bairros, ao mesmo tempo em que, nos seus órgãos de divulgação, as organizações populares façam chegar até os bairros as lutas sindicais do momento, permitindo, dessa forma, que os trabalhadores moradores do bairro e suas famílias participem das lutas das categorias.

2.3 - As bandeiras dos movimentos populares que visam a melhoria das condições de vida da população (saúde, habitação, educação, transporte, etc.), também devem ser apoiadas pelos sindicatos.

2.4 - Que os sindicatos criem subdeses ou outras formas de presença nos bairros, cidades e distritos de sua base numa forma de abrir a participação a outros movimentos populares (Grupos de cultura operária, grupos de mulheres, bairros, etc.). Que os sindicatos contratem assessorias especializadas no campo social, a fim de facilitar o intercâmbio entre os movimentos sindical e popular. Em resumo, que os sindicatos e os outros movimentos populares discutam permanentemente entre si todas as bandeiras comuns e formas de solidariedade.

3 - Como intensificar a relação sindical cidade-campo.

3.1 - O conhecimento e a solidariedade mútua entre cidades e campo não devem ocorrer somente em situações de emergência, mas de forma contínua e permanente. Deve-se, por um lado, promover visitas de lideranças de trabalhadores urbanos ao campo pra que tenham um contato direto com a realidade do trabalhador rural. Por outro lado, deve-se, também, promover a vinda do trabalhador rural, particularmente as lideranças, à cidade, a fim de não só desmascarar a falsa imagem criada pelo Governo de que a cidade oferece vida melhor, mas também, de conhecer as formas de luta e de organização do trabalhador urbano.

3.2 - As intersindicais devem buscar a participação dos sindicatos dos trabalhadores rurais nas suas atividades. Intercambiar, também, as experiências à partir de ações concretas em conjunto. Conjugar a realização de congressos e seminários, assim como, pequenos encontros entre sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, reproduzindo a experiência em diferentes regiões. Nos jornais e boletins dos sindicatos, divulgar notícias de tra-

balhadores rurais, enviando, ainda, a eles o noticiário das lutas dos trabalhadores urbanos, para que constem de suas publicações.

3.3 - A questão da posse da terra e do chão para morar dos trabalhadores rurais e urbanos também unifica os seus interesses. E, num contexto mais amplo, a reforma agrária é uma luta que não só contempla os trabalhadores rurais como ainda os urbanos. Por essa razão, essa luta deve ser levada em conjunto.

3.4 - Lutar contra os intermediários no sentido de que o lavrador possa receber o preço justo da distribuição de seus produtos ao consumidor urbano, na sua grande maioria, trabalhadores.

3.5 - Filiação de todos os sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos no DIEESE, para melhor encaminhamento de suas lutas salariais. Essa filiação propiciará também a troca de informações.

4 - Os rumos prioritários do sindicalismo na cidade e no campo frente à conjuntura atual.

Para que o avanço do sindicalismo seja realmente um fato, faz-se

necessário um plano de ação que determine quais os pontos prioritários para o desenvolvimento da própria organização dos trabalhadores.

Dentro dessa ótica são estabelecidos, então, os rumos prioritários, cujo objetivo será alcançado na medida em que todos se compenrem na necessidade de lutar por:

4.1 - Unificação das lutas, mostrando a necessidade imediata de comissões permanentes que englobem todos os movimentos, visando o apoio econômico e político a todas as lutas populares.

4.2 - Nova estrutura sindical, democrática e autônoma, utilizando-se de todas as iniciativas propícias para tal, inclusive, como a criação de uma Central Única de Trabalhadores.

4.3 - Efetiva informação às bases, oferecendo-se meios para discussões amplas que gerem a conscientização, que modificará as diretorias inexpressivas, como também, estimulará a atividade política necessária.

4.4 - Formação de intersindicais, englobando trabalhadores urbanos e rurais, à partir dos interesses imediatos da classe trabalhadora, com o estabelecimento de princípios básicos frente a um programa comum.

4.5 - Ratificação da Convenção 87 da OIT, preservando o princípio da unidade sindical.

4.6 - Aumentos salariais baseados nos lucros das empresas, o que é realmente uma das formas de distribuir a renda, invertendo a posição do Governo de que o salário causa a inflação.

4.7 - Realização de uma CONCIAT que seja a expressão democrática do movimento sindical do campo e da cidade.

Os encontros dos trabalhadores em oposição à estrutura sindical devem ser incentivados e apoiados, na medida em que se tratam de iniciativas democráticas e sindicalistas.

4.8 - Unificação das bases por categorias.

4.9 - Lutar por um modelo econômico alternativo de interesse dos trabalhadores, fruto da expressão de sua vontade e pela alteração da atual legislação social, eliminando-se o seu caráter repressivo, através da participação do povo na discussão e elaboração de nova legislação.

Assim tem-se como principais bandeiras: a) reforma agrária; b) garantia no emprego; c) eleições diretas em todos os níveis de representação; d) direito de greve; e) contrato coletivo de trabalho; f) recondução dos dirigentes sindicais cassados.

Finalizando:

CONTINUAMOS ASSUMINDO, COMO PLENAMENTE VÁLIDOS, OS PRINCÍPIOS ENUNCIADOS NO DOCUMENTO DE MONLEVADE.



3 - Os sindicatos na democracia populista

Aqui, o terceiro capítulo da série **PARA CONHECER O MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO**, uma pequena bibliografia comentada sobre a história operária no país, lançada há um mês pelo EM TEMPO. Os dois capítulos já publicados tratam:

- 1º) Os anos de formação da classe,
- 2º) O Estado enquadra os sindicatos.

Numa segunda parte Moisés estuda o papel desempenhado pelas comissões de empresa na mobilização que precedeu a greve.

Kenneth P. Erickson
Sindicalismo no Processo Político no Brasil
Ed. Brasiliense, S. Paulo, 1979

O autor parte de uma dúvida: "por que os padrões tradicionais se sustentam com tanta tenacidade?". O que lhe impressiona no Brasil é particularmente sua estrutura corporativista. "Os líderes sindicais acumularam (...) considerável poder político durante o período abrangido (...) mas mesmo no momento em que eram considerados mais revolucionários, seus sustentáculos eram ainda parte do aparelho oficial do Estado..." Ele começa pois definindo o "Estado Corporativista", como aquele "cuja cultura política e instituições refletem uma concepção hierárquica e orgânica da sociedade", e onde o Estado aparece como árbitro supremo.

Todo um capítulo será dedicado pois à formação do Estado Corporativista no Brasil e um outro às bases da organização trabalhista. Dois capítulos tratam do Ministério do Trabalho, o primeiro deles estudando o seu poder na vida social, o papel da massa de empregos de sua máquina burocrática e o estilo populista de cada ministro. O segundo trata especificamente da gestão de Almino Affonso, que procurou usar a máquina oficial para reforçar os setores "nacionalistas radicais".

No estudo das greves que se segue, Erickson avalia o "poder político dos líderes trabalhistas". Através do acompanha-

mento das principais greves do período 1960-64, o autor constata a influência das lideranças sindicais no cenário político. Mas também seus fracassos em alguns movimentos apontaram dois obstáculos presentes. De um lado, a oposição dos militares quando sentiam que suas ações extravasavam os limites. De outro - um fator interno - a debilidade da organização sindical nas empresas.

Ricardo Maranhão
Sindicatos e Democratização
Ed. Brasiliense, S. Paulo, 1979

O autor prossegue o mesmo esforço por deslindar as características do movimento operário naquele contexto político, atendo-se ao período que vai de 1945 a 1950. Num primeiro capítulo ele retoma o estudo da conjuntura do "pós-guerra imediato", detendo-se particularmente nas orientações da esquerda. No segundo capítulo - "O movimento operário na redemocratização" - vemos o surto de novas lutas autônomas da classe e mesmo um crescimento da sindicalização. Nos dois primeiros meses de 1946 Maranhão nota mais de 60 greves, das quais cerca da metade foram organizadas fora do sindicato. Também em cerca da metade nota-se a presença de comissões de fábrica. O livro descreve as principais greves e a orientação do MUT. Depois de um capítulo dedicado à discussão sobre a política do PC, um último se detém nas greves de 1948 a 1950. Ai vemos a combatividade da classe e o papel ativo dos comunistas. Mas então será a "nova linha", de "ultra-esquerda", que impede o movimento operário de formular uma alternativa político-sindical própria.

Francisco Weffort
Origens do Sindicalismo Populista no Brasil in "Estudos Cebrap" n.º 4, abril/junho 1973

Trata-se de uma parte da tese do autor, "Sindicato e Política", defendida na Universidade de S. Paulo e jamais publicada. A noção de movimento sindical populista lhe serve para definir o sindicalismo que se inicia nos anos 50, subordinado à ideologia nacionalista e a uma política de reforma e colaboração de classes, estruturado em "organizações paralelas" que servem de complemento à estrutura oficial.

Seu estudo abriu uma nova linha para a compreensão do movimento operário. Opõe-se às explicações estruturalistas, segundo as quais as características do movimento operário brasileiro seriam decorrência do seu atraso, determinado este pelas próprias condições da nossa sociedade. Para Weffort, as raízes da "tragédia do movimento operário brasileiro" devem ser procuradas "menos no 'atraso' da classe operária que numa orientação persistente por parte de seus pretensos dirigentes em apoiar-se nesse 'atraso' para suas próprias manobras políticas."

Ele estuda então a conjuntura decisiva do pós-guerra, não como inevitável realização de leis posteriormente inscritas na estrutura sócio-econômica do país, mas para "trazer ao nível do conhecimento estas encruzilhadas da história em que as orientações ideológicas e a capacidade de ação assumem uma importância decisiva."

Assim, ele vê como a estrutura sindical fascista criada por Getúlio permaneceu durante o Estado Novo mais como dispositivo legal do que como instituição real. Só com a "redemocratização" e o empenho do PCB essa estrutura se tornou um verdadeiro instrumento de mobilização e controle da classe operária.

Três forças políticas são focalizadas nessas relações: Getúlio e seus partidários, a oposição liberal da UDN, e os comunistas. Particularmente importante o papel destes, pela presença e significado no interior da classe. E naquele momento, o PC agiu "como um partido da ordem". Apoiou Vargas, apoiou Linhares logo após a derrubada do ditador, apoiou Dutra até o início da "guerra fria". Eles apoiariam "naquele período qualquer governo desde que integrado na política estabelecida pelos acordos internacionais que assinalam o fim da guerra".

Weffort estuda o papel do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), criado pelos comunistas e seu empenho para liberalizar a legislação sindical, mas sem desligar-se do governo. Eles chegam a pedir ajuda deste para a criação de uma confederação dos trabalhadores.

Francisco Weffort
Democracia e Movimento Operário in "Revista de Cultura Contemporânea" n.º 1 e 2

Escrito já na conjuntura da atual "abertura política", Weffort vai estudar naquele outro momento de redemocratização, "a questão das relações entre movimento operário e democracia", para entender melhor a "clássica disjunção que tem marcado nossa história política, entre a reivindicação da liberdade política e a reivindicação da igualdade social". Depois de retomar a reflexão sobre a persistência da ditadura no quadro da democracia, o autor estuda as transformações dos meados dos anos 50 no contexto maior de uma crise de hegemonia. E a peculiaridade da situação será dada pelo fato de que, se bem que o governo Kubitschek já inaugurava um novo padrão de desenvolvimento fundado na dominação do capital estrangeiro, ele aparece ideologicamente como se fosse um novo alento para as forças nacionalistas. O liberalismo udenista impotente ante a mobilização popular passa a depositar suas chances no recurso à força militar. Para a esquerda, pelo contrário, essa mobilização popular é condição básica de manutenção das instituições. Mas com isso, ela aparece comprometida com uma ordem que estará longe de favorecer o desenvolvimento da independência da classe e a própria democratização.

J. Alvaro Moisés
Greve de Massa e Crise Política
Ed. Polis, S. Paulo, 1978

O estudo de Moisés situa-se no quadro teórico aberto por Weffort. Ai vemos a greve de março-abril de 1953 na conjuntura de crise do governo Vargas, pressionado por um declínio da produção industrial e pelo descontentamento da burguesia industrial face aos acenos populistas do presidente. Porque já naquele momento o movimento operário não se satisfazia com o velho paternalismo do Estado Novo.

Após situar as condições em que surge o movimento, o autor descreve seus mecanismos e aspectos principais. Deflagrada pelos tecelões a partir de reivindicações econômicas, a greve se expande com a adesão de metalúrgicos, carpinteiros, gráficos. Forma-se um Comitê Central da Greve que serve de embrião para a estrutura sindical paralela que persistirá até o golpe de 64. Por outro lado, no nível da base, estende-se uma organização nas empresas vinculada às comissões de greve de cada sindicato.



Leia e assine as revistas "El Viejo Topo" e "Transición" (Espanha)

Não é necessário qualquer pagamento antecipado. O assinante pagará cada revista mensalmente, quando recebê-la através do reembolso postal.

Preço: Cr\$ 150,00 cada exemplar.

Escreva para:
EDITORA COMBATE SOCIALISTA
Rua Jerônimo Coelho, 206 - Caixa Postal 10.319
90.000 - Porto Alegre - RS

Santarém/PA

Oposição rural venceu

Geraldo Pastana, 32 anos, presidente eleito da chapa de oposição para o Sindicato Rural de Santarém, fala ao Piquetão das eleições e da repressão empreendida pelo Exército contra membros da chapa.

A chapa 2, da Corrente Sindical Lavradores Unidos, venceu já no primeiro escrutínio com 1.906 votos contra 503, mas os pelegos antes da contagem, percebendo a vitória iminente, deliberadamente fraudaram algumas urnas jogando material de propaganda em seu interior, o que impediu a obtenção de quorum. As tentativas de impedir a vitória da oposição foram, entretanto, vãs. Nova arregimentação de forças e um segundo escrutínio dá à chapa 2 a vitória com 2.505 votos contra apenas 272 da situação.

Em discurso que fez na ocasião, Geraldo Pastana dedica a vitória da chapa à Raimundo Ferreira Lima, candidato à presidência do Sindicato rural do Araguaia, também pela oposição, assassinado poucos dias antes da eleição. Sua homenagem se estende à "todos aqueles que através da História tomaram na luta contra a opressão." Mas a luta do pessoal de Santarém não termina com a vitória nas urnas. Talvez apenas comece.

Nos dias 19 e 20 de junho, o Batalhão de Infantaria da Selva de Altamira, manda de surpresa, cerca de 80 soldados armados de metralhadoras, ocupando 5 viaturas, para a área de Placas, a 240 quilômetros de Al-

tamira na direção de Itaituba. Os soldados cercam as casas dos lavradores, com as armas apontadas, intimidando a todos. Prendem os trabalhadores, obrigando seis deles a passar a noite amarrados embaixo de um caminhão. Forçam os empregados de uma serraria a fazerem, despidos, e sob a mira das metralhadoras, os mais diversos exercícios.

O que pretendia o Exército Nacional? Além da intimidação geral à população, procuravam por Avelino Ganzer, liderança rural da região, eleito pela chapa de oposição, delegado sindical junto à Federação. Interrogavam, também, sobre a atuação sindical dos componentes da chapa eleita. Nada obtendo dos trabalhadores sobre o paradeiro de Avelino, levaram presos para o Batalhão, Abílio Perussatto e Cizenandi, mantendo-os sob interrogatório por 24 horas.

Festa

A eleição da chapa 2 representa uma importante vitória contra o sindicalismo pelego. O combativo grupo de oposição que ocupará o sindicato dia 20 de julho, em uma festa que deverá contar com mais de cinco mil trabalhadores, promete lutar pela defesa da posse da terra, pela melhoria da qualidade da assistência jurídica, desenvolver um efetivo trabalho de educação sindical junto aos associados, e principalmente, participar da luta geral por liberdade e autonomia sindical.

Periferia/BH

Luta contra desfavelamento

A cada ano, perto de 120 mil pessoas chegam a Belo Horizonte, a procura de emprego. Da rodoviária aos morros ou beiradas de rio, é um pulo. Dos dois milhões de habitantes da capital mineira, 400 mil estão nas favelas, número que o próprio governo do Estado já admite. Nos últimos meses, intensificou-se o que as autoridades costumam chamar de "desfavelamento". O que significa sempre a polícia chegando nos barracos e desalojando as famílias. Tudo em nome de um novo projeto urbano elaborado pela prefeitura, já em execução, no qual, oito mil famílias serão despejadas de seus barracos, num conjunto de 14 favelas.

Financiamento

No dia nove de abril, o prefeito de BH, Maurício Campos autorizou a construção de casas financiadas pela Caixa Econômica para essas famílias, mas até agora, nada saiu do papel. Em vista disso, a União dos Trabalhadores da Periferia, (UTP), entidade formada em 1974, iniciou, conjuntamente com a Pastoral das Favelas, uma ampla campanha de organização e mobilização, que culminou no Congresso de Habitação de Favelados, realizado em maio deste ano. Ali, foram definidas as principais reivindicações do movimento: em primeiro lugar, os favelados reivindicam a construção das prometidas casas para oito mil famílias, com uma área de 42 metros quadrados cujo preço não ultrapasse a casa dos Cr\$ 150 mil e tenham suas prestações em torno, no máximo, de 10 por cento do salário mínimo. Em segundo lugar, exigem a indenização de Cr\$ 30 mil por cômodo desapropriado, bem como o cumpri-

mento da lei 2255, aprovada em novembro de 1973, que estabelece as áreas de Serra Verde e Gonduras, para a construção de casas destinadas aos favelados (o Gonduras, atualmente, abriga os flagelados das enchentes de 1979 e o Serra Verde se transformou em mais um conjunto habitacional do BNH).

Apoio

Antes mesmo do Congresso de Habitação, foi formada uma comissão Consultiva para estudar o desfavelamento, com a participação de representantes das Secretarias do Planejamento e do Trabalho, a Caixa Econômica Estadual, a União dos Trabalhadores da Periferia e a Pastoral das Favelas. Seu único trabalho, em três meses, foi o levantamento de 1040 barracos a serem destruídos.

Além disso, as reivindicações dos favelados foram entregues aos prefeito sob a forma de abaixo assinado, subscrito por importantes sindicatos da capital e por alguns parlamentares. Esse apoio, levou Francisco Nascimento, presidente da UTP, a afirmar que "o mais importante nesse momento é solidariedade dos outros setores sociais, porque a Prefeitura afirma que nossa luta está indo contra os interesses da cidade, da melhoria das condições urbanas, etc. Mas se os outros setores começam a nos apoiar, a campanha da prefeitura fica anulada".

Agora, os favelados estão preparando uma manifestação pública, marcada para o dia seis de agosto. Mais uma vez, exigirão do governo do Estado e da Prefeitura, a solução definitiva para os seus problemas".

Bancários/SP

Começa campanha salarial

Os bancários de São Paulo estão em campanha salarial, e como parte das atividades previstas para o mês de julho foi realizado pelo sindicato, neste último domingo, dia 12, um congresso municipal da categoria, que reuniu cerca de 100 trabalhadores. Na semana anterior, como forma de preparação e orientação para esse congresso, foram feitas várias assembleias regionais. Segundo Edson Campos, dirigente do sindicato, é necessário desde já ir preparando a categoria para as grandes mobilizações, e criar, um clima propício para grandes assembleias. Sómente desse modo é que se poderá deflagrar uma campanha verdadeiramente combativa. Isto é, o comportamento dos dirigentes bancários deverá ser o mesmo dos dirigentes de São Bernardo, onde os metalúrgicos foram preparados desde o primeiro momento para enfrentar uma campanha árdua, em que a possibilidade de deflagração de uma greve esteve sempre presente. Por isso, o local da primeira assembleia geral, no dia 24, ainda não está definido, devendo a diretoria "sentir" a categoria, ou seja, avaliar a quantas anda a mobilização, para depois marcar o lugar. Apesar dessa indefinição, a assembleia poderá ocorrer no próprio sindicato, se a mobilização ainda estiver em seus primeiros passos. E foi sob essa visão de condução de uma campanha salarial que se justificou a realização do con-

gresso municipal bancário. Nele, definiram-se os índices de reajuste salarial: 15 por cento de aumento. O piso salarial, que difere para os escriturários e pessoal da portaria, foi definido em Cr\$ 10.000,00 e Cr\$ 9.000,00 respectivamente, pela jornada de trabalho de 6 horas. O anuênio corrigido na mesma proporção, isto é, 15% mais o INPC. A luta pela estabilidade no emprego e pelo delegado sindical. Foi aprovado também a criação de um fundo de greve, nos moldes do existente em São Bernardo para a sustentação do movimento.

A assembleia de fundação do Fundo de Greve deverá ocorrer no dia 17 ou 18. A direção da campanha será feita por uma comissão salarial que deverá ser eleita através de representantes de bancos. E até o dia 22 deverão ser realizadas reuniões regionais para encaminhamento dessa eleição. Como proposta dos bancários de São Paulo para o congresso nacional (Contec), a delegação paulista deverá sugerir a formação de uma coordenação nacional para a campanha salarial no plano nacional. Segundo essa mesma proposta, o papel desta coordenação é o de centralizar a campanha, e não o de negociar em nome da categoria, garantindo desta forma o direito de cada região negociar o acordo que interesse às suas bases. Será proposto também a criação de um cartaz nacional unificado.

Metalúrgicos/RJ

Eleições impugnadas

A chapa 2, que concorre às Eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói, composta pelos ativistas sindicais que se destacaram na última greve e que participaram ativamente no Encontro Estadual dos Trabalhadores de Oposição à Estrutura Sindical no RJ, conquistou expressiva vitória nas eleições realizadas no início do mês de julho. Os pelegos e reformistas derrotados (alô, alô, HP) no entanto, não se conformando com a derrota, tudo fizeram para impugnar as eleições. A Delegacia Regional do Trabalho (DRT) foi chamada a intervir, e acabou marcando novas eleições para o dia 18 de julho, sabendo que as dificuldades materiais e financeiras da Oposição são grandes para enfrentar a máquina dos pelegos e reformistas. No entanto, a combatividade e capacidade de mobilização dos companheiros metalúrgicos novamente se fez valer e desencadearam

uma campanha de arrecadação de fundos para enfrentar a pelegada, inclusive fazendo diversas intervenções na SBPC, procurando dar combate ao sindicalismo atrelado ao Ministério do Trabalho.

Osasco

Racha na diretoria

Com a presença de apenas 30 trabalhadores, iniciou-se na sexta-feira, 11 de julho, a campanha salarial dos metalúrgicos de Osasco. Embora fraca, teve dois lances surpreendentes: o primeiro, foi a declaração pública do "racha" entre o presidente do sindicato, Henos Amorina e o restante da diretoria executiva, acusada indiretamente, por alguns trabalhadores de ser responsável pela dedação dos elementos mais combativos, nas fábricas.

O segundo, foi a autocrítica de José Pedro da Silva, que encabeçou nas eleições passadas, a chapa da Oposição, quanto à sua atuação na greve da categoria, em outubro/novembro de 1979. Contrariando posi-

ções vigorosamente defendidas naquela ocasião (inclusive chegou a enviar carta ao EM TEMPO, rebatendo algumas críticas à posição que assumira), Zé Pedro acha, hoje, que seu apoio ao encerramento da greve foi um equívoco.

Ocorreu ainda, uma forte polêmica na reunião, quando a maioria da Diretoria criticou setores da Oposição que promovem uma campanha de sindicalização, acusando-os de praticarem o paralelismo sindical. Como saldo positivo, restou a formação de uma Comissão de Mobilização, que se reunirá todas as semanas no sindicato, a partir de agora.

Canoas

Oposição lança chapa

O pelego Sebastião Marconi Ody, que há 23 anos domina o sindicato dos metalúrgicos de Canoas (mais tempo até que o pelegão, xodó da Hora do Povo, que há 21 anos está no Sindicato dos Engenheiros de São Paulo) tem feito de tudo para impedir que a Oposição Sindical lance sua chapa, para as eleições da entidade. Só depois de muita embromação, para a qual se utilizou de erros secundários no encaminhamento, é que os metalúrgicos combativos puderam registrar sua chapa, isto no dia sete de julho.

A Chapa 2, que pretende "botar metalúrgicos de verdade no sindicato", está assim constituída: efetivos - João Machado Mendes (ERPS), José Garcia de Azevedo (COPE), Dirceu Adão de Souza (ENKO), Elvio Rodrigues, o Ditão (PIANGG), e Osmar Bloss (HIMACO). Suplentes: João Carlos Nunes da Silva (COPE), Telmo Matte (SEIKO), Jacinto Rumpel (METALCRIM), João Maria de Oliveira (COPE) e Valter Camargo (TOCCHETTO).

Professores/RS

Um triste exemplo

Sem o apoio do PDS (já era de se esperar) os professores gaúchos tiveram aprovado o projeto que equipara seus salários aos funcionários técnico-científicos do Estado. Ganharam, mas correm o risco de não levar: o governador Amaral de Souza, o famigerado "Amaralzinho" alegando pretensas "peculiaridades" do magistério e ignorando a própria lei federal que garante o direito à equiparação, vetou o projeto, baseando-se na suposta incompetência do Legislativo em matéria orçamentária. Agora, será preciso, além de todas as bancadas dos partidos oposicionistas o apoio de mais sete deputados do PDS para derrubar o veto. Aí é que a situação fica complicada chê.

Pelo fim da intervenção nos sindicatos.

Os trabalhadores brasileiros estão cansados da tutela do Ministério do Trabalho. Por isso, querem ter o seu direito a um sindicato livre e independente.



Este anúncio será publicado por este jornal enquanto perdurar a intervenção (total ou parcial) nos seguintes sindicatos: Metalúrgicos de São Bernardo e Santo André, Bancários de Porto Alegre, São Paulo, Uberlândia e Fortaleza.

Leia e assine EM TEMPO



A ditadura veste a carapuça

Declarações das próprias autoridades encarregadas da apuração dos atentados não conseguem esconder, e pelo contrário confirmam, que a sua responsabilidade pelos fatos está sob toda e qualquer suspeita.

A atitude do governo diante dos recentes atentados é decifradora de sua responsabilidade. Nos altos escalões a tônica dos pronunciamentos é a indignação retórica, mas que vem sempre junto com a conclusão, já antecipada aos próprios inquéritos abertos, de que os crimes em questão não configuram atentados políticos.

É nesta linha que os porta-vozes do Planalto falam que o general Figueiredo ficou "aborrecidíssimo". Ou então o ministro da Justiça afirmando que a apuração do caso Dallari é "uma questão de honra", mas sempre preferindo acreditar que tais episódios constituem ação de marginais comuns. O que fica é que, o afã da conclusão não é outra coisa senão a afoiteza estabana de alguém sob toda e qualquer suspeita fazendo o possível e o impossível para que a carapuça lançada pela opinião pública não lhe vista a cara.

O ministro Abi Ackel, por exemplo, diante da indagação sobre os 36 atentados cometidos em Minas, nos últimos três anos, declarou: "Não sabemos se a estatística engloba fatos de intensidade muito diversa. Acho aconselhável identificar cada um deles ou pelo menos separá-los em grupos para tentar distinguir características que levem à apuração, já que a globalização dos atentados prejudica este objetivo". Ora, não é a maior ou menor intensidade de um atentado que faz mais ou menos necessária a sua apuração imediata. Por outro lado, na medida de sua ocorrência, cada um destes atentados foi "investigado", em toda a sua particularidade, pelas autoridades responsáveis. E nada se apurou.



Maluf e o general Tavares sob toda e qualquer suspeita.

No mesmo batidão entrou em cena o brigadeiro da abertura, ministro da Aeronáutica Délio Jardim de Matos: "Existem órgãos capazes de verificar, prender e julgar. Se a Comissão de Justiça e Paz tem melhores condições do que a polícia para concluir que o atentado a Dallari foi obra de uma organização para-militar então vamos pedir para que ela ocupe o lugar da Secretaria de Segurança. Nós todos estamos sujeitos a assaltos, muitos que têm ocorrido, e ninguém diz que é fruto de organizações para-militares. Hoje só se fala contra a extrema-direita".

Mas na medida em que as declarações vêm de escalões inferiores o nível baixa e a máscara da inocência cai.

Ná recepção ao papa, enquanto aguarda-

va sua chegada no aeroporto de Congonhas, o general Milton Tavares, comandante do II Exército teve a cara de pau de ser franco na questão do atentado ao jurista Dalmo Dallari. Depois de considerar duas hipóteses para o fato, "a primeira e a mais corriqueira", um assalto e a segunda, "um atentado de caráter político", arrematou: "se foi um assalto, os ladrões tiveram muita falta de sorte; se foi um atentado, esta foi uma das maneiras mais lamentáveis de se manifestar" (SIC). O general, para alívio dos terroristas, deixou claro que sua divergência com eles é apenas na forma de manifestação de suas "opiniões". E para não deixar lugar a dúvidas concluiu: "O professor Dallari é uma pessoa que merece todo o respeito. Pode-se ser contra suas idéias mas é

preciso respeitar o direito que ele tem de expressá-las."

Um descalabro total. Uma pessoa sofre um atentado e a autoridade com maior poder no Estado, ao invés de se empenhar na investigação dos responsáveis vem a público para dizer que as idéias da vítima não são idéias sadias com as quais ele concorde.

Mas isto não foi tudo. O climax da desfaçatez estava reservado para Maluf e seu líder de bancada do PDS, deputado Armando Pinheiro. A partir de uma declaração de Dallari, responsabilizando as autoridades estaduais pela lentidão das apurações, Maluf, raivoso, respondeu: "O professor é notoriamente ligado a grupos esquerdistas e está tentando com esta encenação toda empanar a visita do papa". No que foi acompanhado por seu líder: "Dalmo Dallari não passa de um grande leviano; o que existe é uma encenação muito grande da oposição".

A carapuça foi vestida. A polícia do Estado, a quem compete a tarefa de manter a ordem e a segurança, segundo a constituição, está subordinada em todos os seus aspectos ao Secretário de Segurança cuja nomeação é livre e direta pelo governador.

Quando o governador, no curso de uma investigação, vem a público declarar que o crime é uma "encenação" o que ele está fazendo é exatamente determinar à autoridade policial encarregada diretamente do inquérito que não leve a sério sua própria obrigação e tarefa. No limite, está até mesmo ameaçando o delegado em questão, e publicamente, de que caso o resultado do inquérito contradiga o parecer antecipado de seu superior supremo, o próprio governador, ele poderá ser exonerado do cargo. E convenhamos, sob uma tal ameaça não haverá delegado mais probo que descubra sequer o crime mais evidente.

Fica portanto, finalmente, como conclusão a partir das declarações oficiais, a pergunta, e é claro, também a resposta: porque Maluf teria interesse em travar o curso das investigações?

A origem dos atentados está no próprio regime

Éo que afirmam várias personalidades, sobre a onda de terror que atravessa o país.

O braço armado secreto de Maluf

João Cunha, deputado federal do PT

"Não há motivo algum para se confiar na orientação da polícia de Maluf, particularmente quando se sabe que está instituído em São Paulo o grupo dos "punhos de ferro", simpatizantes do governador e defensores de sua 'popularedade'. Não há como elidir-se a responsabilidade do governador até que as investigações demonstrem cabalmente não existir ligação alguma entre seu braço armado secreto e as lesões de que foi vítima Dalmo Dallari".

Se lhe interessasse, o governo federal intervinha

Ulisses Guimarães, presidente do PMDB

"Os atentados atingem a própria autoridade do governo. Eu não defendo a intervenção federal nos

estados. Mas o governo federal sempre intervém quando isto lhe interessa. Foi o caso da greve do ABC quando o governo federal promoveu uma intervenção, indevida e mal feita, mas esteve presente. Porque agora ele não faz o mesmo? Será porque não lhe interessa?"

Maluf faz parte de grupo de extrema direita

Oscar Klabin Segall, ex-presidente da CECAP/SP, recém demissionário

"Maluf não tem a menor capacidade para ser governador do Estado de São Paulo. Ele não está governando. Está aliciando, fazendo barganhas, para alimentar seus sonhos faraônicos... Além disso estou certo de que ele faz parte de um grupo de extrema direita que alimenta a luta por um retrocesso político... Hoje estou convencido de que Maluf não só não tem capacidade como tem idéias e atitudes autoritárias... Tudo leva a crer que ele deseja a convulsão social e não quer a abertura política... O futuro é incerto e inseguro. O ex-governador Paulo

Egídio andou denunciando a existência de forças para-militares. Embora não possa provar eu acredito que elas existem".

O comando está em Brasília

Senador Teotônio Vilela, do PMDB

"Se um dia se determinar tudo o que aconteceu, acima da lei, em São Bernardo do Campo, sabemos quem atentou contra o jurista Dalmo Dallari. A questão é que a fuga à responsabilidade é uma característica do regime. Se em São Bernardo, com todo o aparato empregado, não houve nenhum responsável, o que dizer de um ato isolado como o atentado ao professor Dallari?"

Nestes casos, a política parte de Brasília e as autoridades estaduais são totalmente impotentes, para não dizer coniventes, como foi patente durante a greve. Naquela ocasião ficou claro que as ordens vinham de Brasília.

Mas não deixa de ser estranho que o governador Maluf não fique sem dormir, até a apuração dos fatos, tal como foi sugerido pelas autoridades federais, preferindo duvidar da autenticidade do atentado.

O que não se pode dizer é que Maluf comanda tudo o que está acontecendo aqui em São Paulo. O comando está em Brasília. Trata-se de desdobramentos de São Bernardo. A greve, por então, foi apenas um pretexto. De fato, o que se deu foi volta da repressão em novo estilo, mais sofisticado, hoje, apenas a parte visível do poder está na ação do SNI.

A Operação São Bernardo está de pé em todas as suas implicações. Foi esta mentalidade estratégica que prendeu e arrebitou a nação durante anos e que agora volta pela incapacidade do governo de administrar a abertura."

A comunidade de informações está desesperada

Deputado Miro Teixeira, do PP

"Esta onda de atentados que o país está vivendo não é nada mais senão uma estratégia da chamada comunidade de informações que tem medo da democratização por recear o julgamento que a história lhe reserva para os dias futuros. As correntes do próprio governo contrárias à abertura política ainda não aceitam novas concessões às reivindicações da consciência democrática e já agora passaram para atos de franco terrorismo."

Intimidações de tipo nazista

Saturnino Braga, senador do PMDB

"Estes atentados são muito mais do que uma provocação. São intimidações de tipo nazista. Fatos desta natureza só ocorrem porque continuam impunes aqueles que praticaram atos semelhantes contra D. Adriano Hipólito, o jornalista Hélio Fernandes, a ABI e a OAB. A impunidade com que estes grupos agem é tão grande que é de se levantar a suspeita quanto ao envolvimento de setores do próprio governo."

Impera o gangsterismo

Senador Marcos Freire, do PMDB

"Talvez amanhã a nação se horrorize mais ainda se vier a saber de toda a extensão e natureza do verdadeiro gangsterismo que vem ocorrendo. O sequestro de Dalmo Dallari foi um ato terrorista de uma organização para-militar,

embora com certos caracteres de amadorismo, talvez propositadamente apresentados. Os precedentes da Alemanha nazista são por demais aterradores para quem quer que seja se julgue a salvo de investidas semelhantes. A apuração é um imperativo, mesmo que se possa atingir autoridades estaduais porventura envolvidas nesta atividade criminoso."

O combate à esquerda e a convivência com a direita

Trechos da nota oficial da OAB

"Para que a nação recobre a tranquilidade é mister que os culpados deste ato (o atentado a Dalmo Dallari) sejam identificados e exemplarmente punidos.

No limiar das investigações, entretanto, cumpre lembrar, em tom de clara denúncia, que as manifestações políticas marcadas pela violência, providas de setores radicais, têm dado margem a pronto, enérgico e eficiente combate, quando sua origem se acha à esquerda, provocando, ao contrário, lentas, silenciosas e ineficazes investigações, se originadas da extrema-direita."

São Paulo

O cínico Richetti e o parlamento

O depoimento do "comandante" da repressão paulista aos homossexuais, prostitutas, negros e desempregados, na Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa.

Por Antonio Panciarelli

No dia 30 de junho, antes que a Assembléia Legislativa entrasse em recesso, o delegado da Seccional Centro, Sr. José Wilson Richetti, compareceu ante o Conselho Parlamentar de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana para justificar a sua famosa "operação rondão" no centro da cidade. Justificar não seria o termo mais correto para definir; diríamos que o delegado foi contar como está limpando com sucesso o centro de São Paulo dos homossexuais, travestis, prostitutas, negros e desempregados em geral.

A sessão estava marcada para as 16:30 horas, mas às 15:30 o Sr. Richetti já estava presente, sendo calorosamente recebido pelos deputados do PDS. A tira-colo trouxe dezenas de policiais, comerciantes e senhoras moradoras no centro (segundo elas) para ocuparem a maioria das cadeiras do plenarinho e hipotecarem solidariedade à suas atitudes. Houve uma senhora que beijou, emocionada, a mão de Richetti.

"Em nome de uma pretendida 'limpeza' do centro da cidade de São Paulo, a polícia paulista, através de uma de suas seccionais, desencadeou uma onda de repressão brutal às pessoas que transitam à noite nessa área. A ação policial tem se marcado pelas atitudes brutais, repetimos, e desumanas, quando vários agentes, sentindo-se respaldados pela expectativa geral de que o crime precisa ser combatido e nossas cidades precisam adquirir maior segurança, agem ao arremesso da lei, desrespeitando os direitos de cidadãos brasileiros, especialmente as prostitutas e homossexuais encontrados à noite na rua. Alegadamente essa prática teria inclusive o endosso da cúpula policial de São Paulo."

Assim o deputado Fernando Morais, do PMDB, abriu a sessão. Tendo duas horas para justificar suas atitudes, o Sr. Richetti não levou mais do que 20 minutos para, ironicamente, contar suas proezas. Chegando ao cúmulo de apresentar uma revista francesa onde estão documentados os métodos da polícia européia. E, assim, dizia que seus policiais e ele próprio são verdadeiros "gentleman".

Logo após foi aberto tempo para que os componentes do Conselho Parlamentar fizessem perguntas. E aí presenciamos um verdadeiro desastre.

Inicialmente o deputado Eduardo Matarazzo Suplicy, fez longa explanação onde apresentou vários depoimentos de prostitutas que haviam sido presas e espancadas, mostrando inclusive "tape" de depoimentos gravados no Teatro Ruth Escobar. Um desses depoimentos era o de Marli Daniel, prostituta que chegou a denunciar o Sr. Richetti ao Juiz Corregedor do Estado. Mas isso não abalou nem os pedessistas, que questionaram a honestidade dos depoimentos, nem o delegado que já tinha um fortíssimo contra argumento: TODAS AS PROSTITUTAS FORAM INDUZIDAS A DEPOR CONTRA ELE PELA ATRIZ RUTH ESCOBAR.

O segundo depoimento feito "expontaneamente (leia-se coação) por Marli Daniel, não ao Juiz Corregedor, mas no próprio 3º Distrito, sala do Delegado, confirmaram suas palavras. Nele Marli diz que não foi maltratada pela polícia, tendo sido induzida por Ruth Escobar a mentir (!)

O ping-pong de perguntas e respostas seguiu-se por várias horas, onde registramos jóias do tipo:

"Nunca houve violência por parte da polícia."

Na França, Inglaterra e Estados Unidos a mesma coisa. Se V. Excia. souber de uma

outra forma de combater a criminalidade eu estarei pronto a aprender";

"Marli Daniel foi espontaneamente a 3º Distrito refazer seu depoimento" (José Wilson Richetti).

"... Quantas e quantas vezes o nobre putado não deve ter agido como Jesus, que disse à pecadora: Ide minha filha e não pequeis mais"...

"A violência empregada é aquela que se deixa..." (Manuel Sala, PDS)

"Estamos do lado da família paulistana" (Maurício Najar, PDS).

"O negro não pode ser incluído entre a minoria a que se refere o nobre deputado Eduardo Suplicy". (Deputada Teodozina, PDS).

"A Secretaria de Segurança Pública sempre defendeu a honra e a moral da família paulistana" (jornalista policial Afanázio Jazadi, rede Globo).

O triste papel das oposições

Tendo maioria absoluta dentro do Conselho (de 15 deputados do PT e PMDB não conseguiram avançar as denúncias ou pressionar os delegados. Os discursos (deveriam ser perguntas) foram verdadeiramente evasivos, e Richetti, com a colaboração do PDS, não necessitou mais do que alguns minutos para responder, quando o fazia.

A deputada do PT, Irma Passoni, chegou à conclusão de que não adiantaria fazer perguntas e cedeu seu tempo para que Ruth Escobar e Darcy Penteadado falassem.

A atriz cumprimentou os deputados da situação pelo alto grau de encenação de cada um e pela potencialidade de ator que os mesmos possuem. "Enquanto algumas pessoas vendem seu corpo, os altos signatários da nação vendem a alma... De repente é como se eu tivesse inventado a violência, desabafou Ruth. O pintor Darcy Penteadado comparou os métodos da polícia com o mesmo empregado pelos nazistas. Foi uma pena que ambos depoimentos tenham sido em "off", pois o presidente da mesa autorizou apagar os trechos da fita magnética e da ata, atendendo a pedido de alguns parlamentares.

Depois de três exaustivas horas, o plenário já quase esvaziado, os policiais perceberam enfim que não havia respostas às provocações feitas aos grupos homossexuais e feministas que se encontravam no balcão do plenário e foram deixando o local.

No final, o deputado Geraldo Siqueira Filho, do PT, apresentou uma moção onde era pedido a abertura de inquérito administrativo por abuso de poder. No entanto com o plenário esvaziado, onde nem mesmo o autor da proposta se encontrava, tal documento não foi aprovado, devendo ser discutido em reunião fechada do conselho, no segundo semestre.

E lá se foi o Sr. Richetti (rodeado de amigos e policiais) com a certeza de ter passado no teste parlamentar.

Por mais esforçados e interessados que possam parecer, a atuação dos parlamentares na questão da violência é muito difusa e limitada. Para quem esteve na assembléia dia 30 uma coisa ficou bem clara: não será via parlamento que conseguiremos obter alguma vitória nessa luta.

A total desarticulação dos deputados da oposição, que são a maioria absoluta dentro do conselho, foi tamanha que não houve sequer uma reunião preparatória (como nos disse Irma Passoni) para discutir e centralizar as intervenções, e o resultado foi triste: Richetti saiu da Assembléia do



Richetti na Comissão:



"Nunca houve violência por parte da polícia".

mesmo jeito que entrou. CINICAMENTE. Não utilizar o parlamento e as vias legais para acabar com a ação desse megalomaniaco delegado e de seus superiores coniventes, seria sectarismo. Mas esperar que a violência e o arbítrio tenham fim através desse canal seria ingenuidade nossa.

É preciso compreender que só a correlação de forças será capaz de por fim ao

arbítrio. Somente a ação organizada de todos os grupos homossexuais, feministas, negros, e o compromisso efetivo dos setores preocupados com os direitos humanos e com as liberdades democráticas é que conseguirão afastar das ruas e dos cargos públicos, pessoas como José Wilson Richetti e seus superiores. Os verdadeiros responsáveis pela violência.

Rio

Sexualidade não é reprodução

Por Leila (Grupo Auê)

Dia 28 de junho passou a ser uma data significativa para o "gay power" americano, por ter sido travada a célebre batalha entre policiais e homossexuais de New York, representando, portanto, um marco para a luta organizada deste grupo estigmatizado.

No 1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados, realizado no começo de abril, em SP, foi alterada a denominação de "Dia Internacional do Orgulho Gay" para "Dia Nacional da Luta Homossexual", embora permanecessem muitas críticas quanto ao fato de a data ter pouca ou nenhuma significação na história brasileira. No entanto, a maioria dos participantes decidiu mantê-la e deixar a critério de cada grupo uma eventual comemoração.

Só os grupos do Rio - AUÊ e SOMOS - comemoraram, pela primeira vez no país - o 28 de junho, com um debate na Faculdade Hélio Alonso, com cerca de 100 pessoas, além de contar, na mesa, com a presença do Coletivo de Mulheres, através de Lígia Rodrigues, e do Movimento Negro Unificado, com Lélia Gonzales presidindo os trabalhos.

Na apresentação, foi lembrado o significado da data; a seguir, João Carneiro, do Somos/RJ, dissertou sobre a repressão aos homossexuais, denunciando uma série de arbitrariedades (da polícia, do trabalho, da escola, da família, dos tratamentos psicológicos e

testes psicotécnicos, dos meios de comunicação, enfim, de todo um sistema machista, mancomunado para usar sua moralidade segundo seus interesses próprios, manejando-o como arma política extremamente perigosa.

Em seguida, João Luiz, do Auê/Rio, falou da necessidade da organização dos grupos oprimidos como uma resposta à repressão, enfatizando que os grupos organizados têm como tarefa detectar e denunciar esses agentes repressores e combatê-los. Como a luta homossexual não visa a tomada do poder, a política tradicional tende a vê-la como luta menor, se esquecendo de que, mudando padrões que oprimem a todos, eles tentam transformar a atual sociedade numa outra que respeite o indivíduo e suas opções.

Foi aberto o debate, ressaltando-se a fala de Lígia Rodrigues - um dos pontos altos da noite: a mulher e o homossexual têm uma luta muito próxima, na medida em que ambos possuem o direito a uma sexualidade que não leva necessariamente à reprodução, não bastando, para eles, portanto, uma mudança na estrutura sócio-econômica, se não for mudada também a ideologia desta estrutura. Lélia Gonzales encerrou a comemoração frisando a importância da articulação destes movimentos com ideais comuns, através de uma aliança sólida e de uma ação conjunta.

Um enlace entre raça e classe

“Malditos da terra” se rebelam

Por Vanderlei José Maria e Rafael Pinto

- Como você está vendo, neste momento de abertura política o avanço do movimento negro brasileiro?

- Em primeiro lugar eu questiono este negócio de “abertura”. É um problema na sociedade brasileira em que grupos que são submetidos à dominação das elites de absorver a linguagem política destas classes. Isto é um processo negativo pois assim se define um golpe de estado como “revolução”; se define uma adaptação da ditadura a uma condição de transição criada por ela própria como “abertura democrática”. É uma linguagem negativa para os grupos que estão em luta contra a própria ditadura. Eu não vejo que exista alguma abertura e não veria este processo como algo que possa afetar algo tão profundo, tão estrutural na sociedade brasileira quanto a situação do negro e do mulato e das populações pobres de uma maneira geral. A “abertura” é um processo histórico e relativamente superficial. É a simples tentativa de um governo ditatorial de redefinir o seu próprio espaço político, não para toda a sociedade mas para sua própria atuação. Neste espaço não há lugar para o negro.

- Como você vê o potencial de mobilização política da população negra em conjunto com as classes exploradoras no atual momento da sociedade brasileira?

- O uso da violência pelas classes privilegiadas no Brasil, sempre teve o objetivo de implantar o medo, o temor nas massas destituídas da população e isto foi particularmente intenso com relação ao negro por causa da escravidão. A escravidão institucionalizou todas as formas mais brutais de repressão e opressão que se poderia imaginar, de modo que o negro sofreu a violência intrínseca da sociedade da maneira mais intensa e prolongada que qualquer outro setor da população brasileira. Porém, é típico que grupos e classes dominadas acabem descobrindo dentro de si a capacidade de lidar com o medo e então pode ocorrer que os chamados “malditos da terra” voltem a violência contra os seus opressores. E um fenômeno que na história moderna está ligado às grandes revoluções proletárias que ocorreram na URSS, China e Cuba. No Brasil, é possível ver que o operário começa a sair do fundo do poço, vencendo o medo provocado pela repressão e pelo uso da violência praticado pelas classes dominantes. Portanto, o potencial

existente está sendo mobilizado, está se transformando numa reação ativa, numa tentativa de contra-violência organizada em resposta à violência institucionalizada das classes dominantes.

O processo em relação ao negro ainda não pode ser avaliado porque o negro, quando é protagonista destes processos, está diluído na massa que se insubordina, que reage contra a violência. Ainda assim, comparando-se com os movimentos de protestos raciais das décadas de 1930 e 1940 hoje, o patamar de contra-violência do movimento negro mudou de qualidade. Naquelas décadas, o ideal da “Segunda Abolição” vinha revestido com as concepções liberais de defesa da ordem existente; hoje é possível ver que as manifestações de protesto negro e principalmente a idéia da “Segunda Abolição” já estão envolvidas numa concepção diferente da luta política que torna a presença do negro mais congruente com as transformações da sociedade brasileira. Isto significa que o movimento se politizou e se radicalizou. É assim que eu analiso a manifestação de 7 de Julho de 1978 do Movimento Negro Unificado, pois enquanto que nas décadas de 30 e 40 havia tentativa do negro inibir o teor ideológico do protesto racial agora a tendência é elevar o nível da radicalização ideológica e ao mesmo tempo de politizar o protesto, de modo a ter o máximo de ataque explícito à ordem existente. Assim a contestação define o que deve ser atacado de uma maneira nítida sem subterfúgios e sem compromissos com as manipulações misticificadoras de defesa da ordem racial existente. À medida que a eficácia política da radicalização e da politização aumenta ela exige a reavaliação da potencialidade do protesto do negro e do mulato. Nas décadas de 30 e 40 havia a peculiaridade de que os negros buscavam abrir caminho dentro de uma ordem capitalista competitiva; agora a situação se alterou muito. Atualmente o próprio nível da luta política do branco se alterou, por causa da existência da ditadura, da industrialização maciça, da transformação do regime de classes. Neste sentido a radicalização que ocorre no meio negro corresponde paralelamente à radicalização que está ocorrendo no nível do trabalhador em geral, já que o regime de classes se diferenciou e está surgindo uma vanguarda operária que tende a autonomizar o movimento operário e a lutar de outra forma

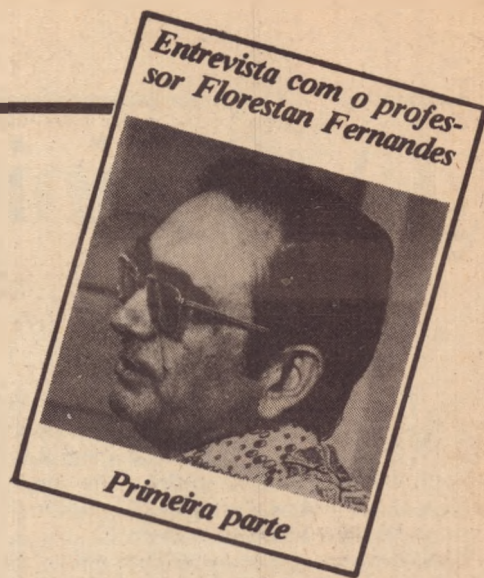
contra a supremacia das classes burguesas. Com todas estas transformações o campo que o protesto negro tem para uma afirmação negadora é muito mais amplo e muito mais profundo.

- Na década de 30 a Frente Negra tinha uma organização muito ampla mas que permanecia isolada das lutas gerais da época. Hoje o movimento negro busca se combinar com as lutas de toda a população.

- Sim, é isto que acabei de dizer. Mas eu não sei se na década de 30 o negro poderia ter ido mais longe do que ele foi. A Frente Negra não era o único movimento de protesto deste período, existiam outras correntes. O que diferenciava a Frente Negra era a arregimentação, a tentativa de estruturação orgânica dos quadros com uma liderança burocrática bem definida e com uma disciplina mais ou menos delimitada. Outros grupos que eram até mais radicais recusavam a arregimentação. O que ocorria naquele momento era que o protesto dos trabalhadores estava muito diluído dentro da demagogia das classes dominantes. A Revolução de 1930 revitalizou as lideranças das classes possuidoras redefinindo o eixo da dominação política destas classes. Isto fez que o demagógico acabasse se tornando o elo da manipulação das classes subalternas pelas classes possuidoras. Quando se compara com o que aconteceu no protesto negro, vê-se que ele teve mais pureza, ele repetiu o movimento típico da liderança da elite, na medida em que o ideal da “Segunda Abolição” buscava criar uma democracia real. Já afirmo que o único movimento populista autêntico que nós tivemos foi o dos negros, pois ele perfilou esta figura do branco que se proclama democrático e de uma república que se proclamava democrática; o movimento negro cria assim uma contra ideologia racial que desmistifica todas as formas de racionalização que eram usadas pelos brancos das classes dominadoras. O movimento negro não teve resposta naquele momento exatamente porque as classes subalternas não tiveram um patamar maduro para a luta política. Hoje este patamar está surgindo e ele vai se consolidar de uma maneira relativamente rápida nestes últimos anos de século 20, indo caracterizar as transformações do sistema capitalista. As classes trabalhadoras vão aprofundar a sua luta política repudiando a hegemonia do capital.

- E neste contexto, como você vê o papel político do negro?

- Bem, é importante que o negro entre neste contexto ao invés de ir contra ou ficar fora. Muito acham que o potencial do negro é melhor aproveitado quando ele se afirma só como raça. Mas se ele se afirmar somente como raça ele vai se isolar. O negro deve estar junto com os grupos que podem levar o protesto social até o fundo, pois se o negro estiver presente ele irá dinamizar o espaço político das classes trabalhadoras. É por isso que eu acho que é o momento de um enlace entre raça e classe. Não para neutralizar o elemento raça, pois se neutralizar não haverá grupo humano que irá apresentar as reivindicações que são específicas da população negra. É imperativo que o negro entre como e enquanto negro, mas também substancialmente como negro



que faz parte das classes despossuídas e das classes trabalhadoras e assim ele pode viver os dois papéis políticos simultaneamente e dar maior eficácia aos dois. Se ele tentar se isolar, ele vai falar sozinho, não aproveitando o espaço político que está surgindo; se falar unicamente como classe ele não levantará as bandeiras que são essenciais, porque a desproporção que existe nos padrões de carreira entre brancos e negros são distintos. Ninguém pode negar isto. É preciso que o negro coloque seus problemas porque na desigualdade existem os mais desiguais; e as desigualdades que afetam o negro, o afetam em termos de classe mas também de raça. Por isso no meu trabalho “Além da Pobreza”, saliento que depois de vencer o limiar da pobreza, o negro tem outros problemas que os brancos não tem. A desigualdade racial é uma das desigualdades estruturais da sociedade brasileira.

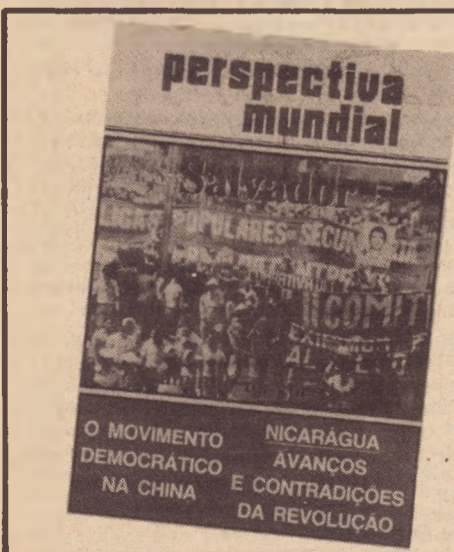
O negro no passado que podia formular os problemas, com frequência era negro de classe média. Então enfatizava-se muito problemas de mobilidade social, quando a grande massa da população negra tinha problemas de conquista do emprego, a organização da família, a educação dos filhos e a defesa de níveis mínimos de vida e saúde. Problemas básicos que afetam o negro de uma maneira muito especial.

- Você poderia aprofundar um pouco mais o papel que desempenha a classe média negra?

- No trabalho que fiz com o professor Roger Bastide, ele falava de uma falsa classe média de “cor”. Eu tenho a impressão que o referencial de classe média com relação ao negro e ao mulato em São Paulo não é fictício, ele é real. É evidente que neste últimos 30 anos depois que fizemos a pesquisa, ocorreram alterações que afetam a posição do negro na estrutura da sociedade de classes em São Paulo. Pode-se dizer que a classe média consolidou sua posição. Hoje é possível encontrar negro ou mulato com o próprio carro e até mesmo alguns negros ricos (o próprio conceito de rico precisa ser redefinido). Então a diferenciação que afetou a sociedade brasileira na transformação do regime de classes, apanhou transversalmente a população negra e mulata de São Paulo. Mas estas alterações não foram globais e se mantiveram muito discrepantes com relação às proporções de cor. Se o número de negros e mulatos que tem emprego, que tem o mínimo de participação numa sociedade de classes aumentou, o número dos que estão jogados em trabalhos marginais, em que não encontram nenhuma perspectiva de socialização dentro dos requisitos de uma sociedade capitalista continua a ser desproporcional.

Continua na próxima edição:

A classe média negra e as dificuldades da consciência racial no Brasil.



Agora Uma Revista Sobre A Luta de Classe a Nível Mundial

À venda no EM TEMPO e nas melhores livrarias

Empregadas Domésticas Assalariadas ou servas?

Por Elisabeth Souza Lobo

Pelos cálculos baseados no censo de 1970, as domésticas são 30% da população economicamente ativa feminina. É, portanto a profissão que concentra o maior número de mulheres.

Elas vêm, em geral, do campo para a cidade. Deixaram há pouco a enxada ou combinam a colheita com a cozinha conforme as estações.

Realidade do sistema capitalista periférico, elas são no imaginário burguês uma das representações da mulher na família; a outra é a da dona de cada. Polos inseparáveis porque é entre nós que se opera a divisão das tarefas que concernem o corpo e a carne.

Interrogar-se sobre o lugar das empregadas domésticas é perguntar em que limitados espaços elas têm o direito de existir... Face à opressão que elas sofrem somos tentados a pensar em revolta, organização coletiva. Mas elas não são nem revoltadas, nem militantes. E por paradoxal que pareça encontram muitas vezes sua razão de ser naquilo que as aliena: os códigos burgueses, o comportamento das patroas.

Em cada uma de nós coexiste a empregada e a mãe. E se é certo que não se poderá falar de liberação da mulher enquanto não fizermos a arqueologia da dona de cada e da mãe de família em todos os pequenos papéis de que foram investidas, enquanto não exorcismos o fantasma da serva devotada que há em nós, também é certo que nossa liberação supõe a liberação da empregada que fica em casa, em nosso lugar.

Júlia e Laurinda, da Associação das Domésticas de São Paulo falam aqui, por elas.

A paciência de Júlia

Júlia da Silva Pimentel veio de Catanduva para São Paulo há 20 anos. "Prá melhorar a vida e ajudar um pouco mais a família." A irmã já morava na capital. Júlia chegou e no dia seguinte comprou um jornal para procurar emprego de doméstica. Esta é até hoje sua profissão. Acha que teve sorte: sempre teve férias e mudou de casa quando não gostava do serviço.

Júlia fazia parte de um movimento de paróquia. Um dia uma amiga que encontrava na missa levou-a à Associação das Empregadas Domésticas. Júlia gostou, ficou sócia e dois anos depois já estava na diretoria. "Agora", diz ela, "é hora de dar lugar para outra".

Laurentina é malcriada?

Laurentina veio em 62 de Goiás. Ia para Aparecida do Norte mas foi ficando. "Era muito bobinha do interior e não conhecia seus direitos", diz ela. Uma dia brigou com a patroa e quase teve que voltar. "Mas eu consegui me aguentar. Saí de lá nervosa. Até hoje tenho raiva daquele pedaço de rua."

Laurentina conheceu Júlia na Igreja. "A gente reunia na sala, da Igreja, discutia, visitava favela, aprendia. Um dia veio uma socióloga conversar

com a gente. Era uma pessoa muito sabida. Foi numa época quando houve todas aquelas prisões de Padres, aquela coisara. E naquele domingo o pessoal discutiu muito e aprofundou muito. Uma moça achou que a socióloga ia levar as empregadas no mau caminho. Mas ela não falou nada demais. Falou só que o Silvio Santos ficou rico. E o resto do pessoal foi falando de um e outro que também ficou rico. Decidiram terminar com as palestras. Fomos expulsas da Igreja porque éramos "comunistas" e o padre que dava apoio as domésticas se mandou. Foi até bom. Assim a gente resolveu procurar a Associação."

A Associação das Domésticas

A Associação Profissional dos Empregados Domésticos de São Paulo foi fundada em 1962. São 1700 inscritas e umas 200 associadas que frequentam regularmente a sede da Av. Sto. Amaro, 1662. A Associação promove cursos, informa as domésticas sobre seus direitos, publica um jornalzinho: *Domésticas é notícia*. Tem também um departamento de colocação que é uma fonte de renda. "Mas isto aqui não é uma agência", diz Júlia.

Júlia não sabe quantas domésticas há em São Paulo. "Mas esta nossa profissão não acaba. Sempre está chegando gente da Bahia, de Minas. O pessoal moço logo procura outra profissão, porque tem gente que tem vergonha de se registrar como doméstica. Mas muitas se arrependem quando vão para as fábricas. Porque se gasta muito com condução e roupa."

Na Associação, muitas não vêm porque a patroa não gosta. A empregada fica muito sabidinha, diz Laurentina. Mas a sede abre todos os domingos. "Tem muita gente que tem folga e não tem onde ir porque não tem família em São Paulo."

O que elas querem

"A gente precisa ser reconhecida como profissão, ter horário de trabalho, 13º salário, fundo de garantia, descanso semanal remunerado. Júlia e Laurentina denunciam. "Tem gente que trabalha sábado e domingo e só sai depois do almoço, tem gente que ganha pouco. Outras só podem ir dormir depois que terminam as festas dos patrões. E levantam quando o galo canta, diz Laurentina. Júlia acrescenta: "Falta diálogo com as patroas. E os arquitetos fazem os nossos quartos tão pequenos!"

Laurentina diz que não adianta brigar e fazer desaforo. Mas é preciso conhecer os seus direitos. Os direitos? Quais são os magros direitos de uma doméstica? - Férias remuneradas de 20 dias; - Inscrição no INPS (a patroa paga 8% sobre o salário mínimo e a empregada 8%); - Aposentadoria depois de 60 anos se tiver mais de 5 anos de inscrição no INPS para ganhar salário mínimo. - As diaristas também podem se inscrever no INPS. "Mas antes tem que fazer registro na prefeitura, levar nota fiscal para a patroa. E depois contratar um contador porque ninguém consegue fazer as contas, diz Júlia. - "E as patroas não assinam a carteira", diz Laurentina. "A gente precisa estar sempre cutucando. A patroa para assinar, os ministros para melhorar a nossa situação."

Protesto contra o Diário Popular de S.P.

Aqui o abaixo-assinado enviado à imprensa pelas mulheres que trabalham na Editora Abril e pela Associação das Mulheres, e que já conta com cerca de 400 assinaturas em São Paulo.

"NÃO SEI POR QUE MINHA MULHER NÃO GOSTA DOS CLASSIFICADOS DO DIÁRIO POPULAR... ATÉ MINHA SECRETÁRIA EU CONSEGUI ATRAVÉS DOS CLASSIFICADOS. ACHO QUE VOU ANUNCIAR ELA NOS CLASSIFICADOS..."

Recentemente iniciou-se a veiculação na TV Brasileira de mais um anúncio que, para vender um produto ao mercado consumidor, utiliza a mulher como instrumento. Nos referimos ao anúncio dos classificados do Diário Popular que oferece soluções para quem quer adquirir ou se desfazer de coisas: carro, terrenos, documentos perdidos, cachorros de estimação e... mulheres.

A publicidade não só atinge a mulher na sua totalidade como faz uma alusão clara ao papel da mulher secretária. Tratada até hoje não como profissional, mas como extensão e espelho de seus chefes, a secretária tem sido alvo das mais descaradas concepções machistas que a reduzem a um objeto a ser usado, comprado, substituído ao bel prazer de seus superiores

ENQUANTO MULHERES, E PROFISSIONAIS MANIFESTAMOS NOSSO PROTESTO CONTRA ESTA LAMENTÁVEL UTILIZAÇÃO DA IMAGEM DA MULHER NA TELEVISÃO."



Nicarágua:

Domésticas reivindicam

A situação das empregadas domésticas não varia muito de país para país na América Latina. Pouca diferença havia por exemplo, entre sua situação na Nicarágua de Somoza ou no Brasil de Figueiredo, com exceção dos grandes centros urbanos como São Paulo e Rio, onde elas começam a se organizar. A Revolução Sandinista no entanto, constituiu uma esperança a exemplo de Cuba onde o trabalho doméstico não mais existe. Veronique Soulé, jornalista francesa, esteve na Nicarágua e nos oferece aqui, um depoimento vivo de uma situação em rápida transformação.

Angela tem 23 anos. Ela trabalha na casa de uma família rica de Manágua, onde foi hóspede durante algum tempo. O proprietário é professor na Universidade Centro Americana, e sua esposa, dona de casa, mãe de duas crianças (4 e 2 anos).

A primeira vez que vi Angela, ela limpava os banheiros, agachada, de pé, agachada. Grávida. De quanto? Mais ou menos oito meses, oito meses e meio, ela não sabia muito bem. Enfim, ela pensava parir brevemente. E de oito horas da manhã a 8 horas da noite, ela não parava - louça, roupa, limpeza... Ao meio dia, ela almoçava, de pé, rapidamente. Eu nunca a vi reclamar nem sentar-se, apesar da sua enorme barriga e das crianças entre suas pernas. Uma folga a cada 15 dias. No sábado à noite, quando os patrões saem, ela dorme na casa com sua filha de um ano, para tomar conta das outras crianças. Angela é solteira. Como milhares de outras mulheres nas suas condições. Os homens fazem filhos e partem. Eles voltam às vezes, bebados, arrependidos, mas as crianças são uma obrigação das mulheres. Angela vive com sua mãe, que toma conta da menina, num bairro miserável de Manágua.

Um belo dia, ela não vem trabalhar. Um dia, dois dias, três dias. Depois ela reaparece. Eu torno a ver, sentada na cadeira do salão, trazendo um pacotinho nos braços. Aproximo-me. Uma cabecinha morena emerge dos panos. É um garoto. Angela pariu há três dias no hospital. Ela

descansou um dia em casa e ei-la de volta: pronta para trabalhar.

No entanto, Angela tem sorte. Ela ganha oitocentas cordobas por mês (uma córdoba: 0,1 dólar) enquanto muitas empregadas domésticas ganham menos que a metade. Sua patroa é gentil, exigente, mas não altiva: ela discute, às vezes até trabalha com ela... quando não faz compras ou quando não recebe sua mãe, à tarde.

Após a vitória da insurreição na Nicarágua, a situação das empregadas domésticas melhorou um pouco. Elas são beneficiadas agora com previdência social, como os outros trabalhadores. Foi assim que Angela pode dar à luz no Hospital, gratuitamente, enquanto que sob a ditadura somozista era preciso pagar. As mulheres pobres parem em casa, em condições deploráveis.

As empregadas domésticas são menos numerosas hoje em dia: o país tem necessidade de braços e aquelas que encontram um trabalho produtivo foram embora. Em um grande número de fachadas de casas burguesas lê-se: procura-se empregada doméstica.

Em fevereiro último, foi criado um sindicato de empregadas domésticas, o primeiro que existiu. Imediatamente após a sua fundação, ele apresentou algumas reivindicações ao Governo de Reconstrução Nacional: redução da jornada de trabalho para oito horas, direito de se organizar politicamente e direito de apresentar suas reivindicações de maneira organizada. Teve todo o apoio da junta.

Para a Frente Sandinista de Liberação Nacional, o trabalho doméstico não passa de "desemprego forçado ou camuflado". A medida em que vão aparecendo novas fontes de trabalho, as trabalhadoras domésticas vão, segundo a FS-L.N., desaparecer e se integrar à população industrial e agrícola. Ao mesmo tempo, para substituir as empregadas domésticas, serviços coletivos de lavanderias, de creches, deverão ser criados.

Este papel se deve em grande parte à Associação de Mulheres Nicaraguenses Luiza Amada Espinoza e ao Ministério do Bem Estar Social.

El Salvador

Prepara-se a ofensiva geral

Por João Machado

A revolução em El Salvador entra em uma fase decisiva. Apesar da repressão sangrenta da Junta Militar (apoiada pelo Partido Democrata Cristão e pelo imperialismo), ajudada por organizações para-militares de extrema direita, repressão que fez três mil mortos desde janeiro, a determinação de luta das massas vem se elevando. Atingiram um grau maior de unidade política e militar (ver box), realizaram uma greve geral de dois dias que paralisou o país, prepararam o lançamento de um movimento de greve geral insurrecional.

A Junta está cada vez mais isolada, como demonstra uma declaração do diretor do Departamento Jurídico do arce-

bispado de San Salvador, Roberto Cuellar, ao viajar para uma reunião do Conselho Mundial das Igrejas: "os dois membros da Junta que pertencem ao Partido Democrata Cristão são falsos democratas cristãos; os verdadeiros renunciaram". Disse ainda que o juiz que investigou a morte do Arcebispo Oscar Romero responsabilizou dois militares pelo crime; e afirmou que "a posição assumida pelo governo salvadorenho fará com que dentro de no máximo três meses a violência no país assumirá proporções inimagináveis, porque não há mais solução pacífica para El Salvador".

Por outro lado, a Junta prossegue na ocupação da Universidade Nacional.



São vários mortos por dia

O imperialismo americano está decidido a impedir uma nova vitória revolucionária na América Central. Por esta razão, financia e arma a Junta salvadorenha; não satisfeito, encoraja as ditaduras de Honduras e da Guatemala a participar diretamente na repressão em El Salvador.

Dois dias de greve geral

A greve em 24 e 25 de junho atingiu mais de 90% da indústria, do comércio, dos transportes e das repartições públicas. Convocada em 18 de junho pela Coordenação Revolucionária de Massas, foi apoiada por cerca de 6000 trabalhadores organizados em centrais sindicais, por 18000 professores, e 80000 empregados do governo.

Também participaram da greve pequenos proprietários, como donos de ônibus, caminhões e postos de gasolina. Não circularam os jornais diários, e o Mercado Central de San Salvador ficou fechado.

A greve foi organizada para protestar contra a repressão do governo e para reforçar a base organizativa da CRM entre as massas. Suas reivindicações eram acabar com a repressão militar nas cidades e no campo, fim do Estado de sítio, fim da ajuda militar e da intervenção americana, respeito ao direito de greve, e autorização para uma visita ao país da Cruz Vermelha Internacional e outras agências humanitárias, para verificar a extensão das violações de direitos humanos.

A greve exigiu ainda a soltura de dois membros das Forças Populares de Libertação Farabundo Martí presos recentemente pelos militares: o ex-ministro da Educação Salvador Samayoa, e José Antonio Morales Carbonell, filho de um membro da Junta, além de líder da Democracia Cristã, José Antonio Morales Ehrlich.

Durante o período da greve, a CRM clamou o povo a organizar "comitês populares" e milícias de auto-defesa nos locais de moradia. Alimentos, água e medicamentos estão sendo estocados em muitas áreas para preparar a insurreição contra a ditadura.

O regime tentou de todos os modos desmobilizar a greve. Além de apelos na televisão e no rádio, e de ameaças como a do homem forte da Junta, o coronel Gutierrez ("se quiserem a guerra, terão a guerra"), ainda ocupou as ruas com tropas, tanques e veículos armados. Também circulavam caminhões com homens armados em trajes civis, da organização para-militar de extrema direita ORDEN.

Apesar disso, a greve foi um sucesso, e ainda foram evitados choques armados desiguais, pelo nível de disciplina e organização alcançado pela CRM.

Universidade Nacional ocupada

A ocupação da Universidade Nacional no dia seguinte (26 de junho) foi uma clara represália. Foi conduzida de uma maneira comparável apenas aos ataques que a genocida Guarda Nacional do ditador Anastacio Somoza fazia contra os quarteirões do leste de Manágua durante a insurreição de Junho e Julho", segundo correspondentes estrangeiros evacuados da Universidade e ouvidos pela imprensa de Manágua. "O Exército agia como se lutasse contra uma outra força armada pesadamente".

Foram utilizados tanques, além de tropas de choque com armas pesadas e helicópteros; pelo menos vinte e cinco pessoas foram mortas e centenas foram feridas. Alguma resistência foi oferecida por unidades de auto-defesa da CRM, mas não foi capaz de fazer frente ao Exército fortemente armado.

Este ataque à Universidade não foi o pior crime da Junta. A Conferência dos Bispos de Honduras denunciou a 14 de junho que centenas de camponeses tentaram cruzar a fronteira entre os dois países, no Rio Sumpul, fugindo de ataques do Exército salvadorenho e da Guarda Nacional. Foram obrigados a voltar por unidades do Exército de Honduras, e então assassinados impiedosamente por tropas salvadorenhas, helicópteros da Guarda Nacional, e membros da ORDEN. Ficaram no mínimo 600 corpos, deixados por vários dias para serem comidos por cachorros ou abutres. Outros ainda foram jogados no rio. Ainda segundo a denúncia de religiosos, um pescador de Honduras achou os corpos de cinco crianças pequenas.

O imperialismo prepara uma "força inter-americana de paz"

A selvageria é a marca do desespero da Junta. Com seu crescente isolamento, com a enorme combatividade das massas, com a unificação militar inclusive da oposição (ver box), o imperialismo é chamado a desempenhar um papel cada vez mais direto.

O secretário geral do BPR, Juan Chacón, analisou a atitude do imperialismo em uma entrevista para o Gramma (cubano), a 15 de junho. Segundo Chacón, "o imperialismo norte-americano está consciente de que o fato de perder El Salvador significaria igualmente para ele perder a Guatemala e Honduras, e aceleraria o fim da sua dominação na região". "Por isso ele não hesitará um instante em intervir de modo cada vez mais enérgico para destruir as organizações revolucionárias sal-

vadorenhas e pôr fim à insurreição popular".

Ainda segundo Chacón, os EUA podem "utilizar em primeiro lugar os exércitos de mercenários que eles constituíram na Guatemala, em Honduras e em outros países do continente. Este exército seria apoiado pelos exércitos fantoches da Guatemala e de Honduras". Mas os EUA "poderiam também recorrer a uma força interamericana 'de paz' para afastar a ameaça do comunismo". "Em última instância, intervirão diretamente e massivamente, como na República Dominicana, com suas divisões especiais operacionais estacionadas hoje nas Caraíbas".

Na mesma direção, um parlamentar de esquerda do Equador, Jorge Chiriboga Guerrero, denunciou que os Exércitos do Pacto Andino (Colômbia, Venezuela, Peru, Bolívia e Equador) já estão envolvidos nos planos do Pentágono de formar uma "força de paz".

Também o Ministro das Relações Exteriores da Nicarágua, o padre Miguel d'Escoto, fez referências a informações não oficiais de que Washington estava buscando apoio para uma reunião da OEA onde se tentaria decidir mandar uma "força inter-americana de paz" para El Salvador. D'Escoto disse que alguns governos que se tinham oposto a uma proposta similar para a Nicarágua um ano atrás poderiam agora apoiá-la para El Salvador.

"Para nós, seria como uma agressão contra nossa própria pessoa, já que somos parte integral da América Central. Se ocorrer, haverá uma explosão na luta política da América Central", declarou D'Escoto.

A solidariedade internacional

Essas denúncias dão conta claramente do caráter internacional da luta em El Salvador, do papel vital que jogará na América Central e em toda a América Latina.

É possível, naturalmente, discutir se o programa da CRM é o melhor para El Salvador, se as forças revolucionárias que estão à frente da luta cometeram erros ou não, se têm uma boa compreensão da revolução mundial. Mas não é possível desconhecer que estas forças estão dirigindo uma revolução que é vital para a revolução nicaraguense e para toda a América Central, e que as massas do país estão sendo massacradas pela Junta apoiada pelo imperialismo, e que este ameaça uma interferência ainda maior. Numa tal situação, a única atitude possível para todos os que se preocupam com a causa do progresso da humanidade e lutam pelo socialismo é o apoio à revolução, uma campanha de solidariedade que tornem mais difíceis as manobras do imperialismo.

A unificação das principais correntes da oposição

Com base num acordo feito entre as principais correntes da oposição em dezembro de 1979, foi formada em 11 de janeiro de 1980 uma Coordenação Revolucionária das Massas (CRM). A CRM agora reúne cinco organizações políticas: o Bloco Popular Revolucionário (BPR); as Ligas Populares 28 de fevereiro (LP-28); a Frente de Ação Popular Unificada (FAFU); a União Democrática Nacionalista (UDN); e o Movimento de Libertação Popular (MLP).

Quatro destas organizações têm laços com organizações políticas-militares: o BPR com as Forças Populares de Libertação Farabundo Martí (FPL); as LP-28 com o Exército Revolucionário do Povo - Partido da Revolução Salvadorenha (ERP-PRS); a FAFU com as Forças Armadas Resistência Nacional (FARN); o MLP com o Partido Revolucionário dos Trabalhadores Centro-americanos (PRTC). A UDN tem ligações com o PC Salvadorenho.

Em 31 de abril, 49 sindicatos, organizações profissionais e grupos políticos que não estavam na CRM se juntaram na Frente Democrática Salvadorenha (FDS) (FS), que deu apoio ao programa da CRM. Em 16 de maio, a FDS se uniu à CRM para formar a Frente Democrática Revolucionária, na base do programa da CRM.

Com um acordo firmado em maio, em junho a FPL, o ERP-PRS, as FARN e o PC formaram uma Coordenação Militar Revolucionária, para dirigir a luta militar contra a Junta. Posteriormente, foi formado um comando geral conjunto (o Diretório Político), pelos quatro grupos.

Declaração da Coordenação Militar Revolucionária

(extratos)

Nós, as Forças Populares de Libertação Farabundo Martí (FPL), o Partido Comunista de El Salvador, a Resistência Nacional (RN), o Partido da Revolução Salvadorenha - Exército Revolucionário do Povo (PRS-ERP), nos dirigimos ao povo salvadorenho, e aos povos da América Central e do mundo, para informar a todos, que nós atingimos um novo e mais alto nível de unidade entre nossas organizações revolucionárias.

Em 22 de maio nós estabelecemos um Diretório Unificado para definir e aplicar uma mesma linha político-militar para todos os grupos, e que vai conduzir a guerra revolucionária do nosso heróico povo até a vitória. Isto vai levar à instalação do Governo Democrático Revolucionário e realizar as profundas transformações sociais, econômicas e políticas relacionadas na nossa Plataforma Programática.

O acordo histórico atingido em Dezembro de 1979 por FPL, PCS e RN, que criou o Comitê de Coordenação Político-Militar - deu origem às condições apropriadas para a unificação geral de todas as forças democráticas e revolucionárias do nosso povo. De acordo com o desejo do povo de unidade, a Coordenação Revolucionária de Massas (CRM) e a Frente Democrática Revolucionária (FDR) se formaram. Elas representam a unidade da imensa maioria do povo salvadorenho.

Tudo isto criou uma grande torrente de um imenso potencial de renovação, ao colocar juntas uma ampla variedade de correntes políticas, ideológicas e sociais. Entre estas correntes há respeito mútuo e democracia real. Estas correntes estão cada vez mais unidas em uma luta firme e decidida pelo nosso objetivo supremo da libertação final do povo salvadorenho do regime brutal e criminoso que hoje o oprime.

O poderoso ascenso de luta e unidade que se seguiu ao acordo de Dezembro de 1979 tornou este novo passo possível e necessário. Este Diretório Unificado vai sem qualquer dúvida elevar o espírito de combate e a decisão de vencer entre as amplas fileiras do povo, vai fazer crescer estes sentimentos a níveis ainda maiores e mais decisivos."

"No exato momento em que nós nos reuníamos para chegar ao acordo para a criação do Diretório Unificado, um encontro secreto estava tendo lugar em Washington - encabeçado por Brzezinski e vários generais do Pentágono - com alguns líderes dos Democratas Cristãos na América Latina e outras figuras oficiais. O encontro foi dirigido para tentar concretizar um chamado traidor à intervenção em nosso país.

Nós já definimos nossa posição com relação a uma possível intervenção militar pelos Estados Unidos, se ele intervém sozinho, com outros países, ou através de outros. Nós resistiremos. Nós lutaremos, por quanto tempo for preciso, até que os invasores sejam expulsos e seus instrumentos e servidores em nosso país derrotados.

Os povos da América Central e suas organizações revolucionárias compreendem bem o grave perigo que a intervenção militar em El Salvador significaria para os seus interesses vitais. Nós não temos a menor dúvida de que vão lutar ao nosso lado. Estamos certos de que o povo da Venezuela não pode ser arrastado pelo setor mais reacionário da Democracia Cristã do seu país, que se vendeu ao Pentágono. O povo Venezuelano vai se recusar a dar ajuda à agressão contra o nosso povo. Nós estamos também certos de que os povos da América Latina, os governos deste continente e do mundo que amam a independência, a liberdade, a paz vão condenar este crime do imperialismo."

Sobre o marxismo na América Latina

A história do marxismo ainda é desconhecida. Poucos sabem que em 1932 o PC de El Salvador dirigiu uma insurreição de 40.000 camponeses, que defendia o poder dos conselhos operários, de soldados e camponeses.

Por João Machado

A editora François Maspero publicou recentemente na França uma antologia organizada por Michael Lowy com o título: "O Marxismo na América Latina".

Além da importância dos textos incluídos na antologia para o conhecimento do marxismo na América Latina, muito pouco conhecidos, como os documentos sobre a insurreição de El Salvador em 1932, o livro tem uma Introdução que faz um resumo desta história.

Apresentamos uma resenha desta Introdução.

A Introdução começa definindo a que se propõe: "fornecer alguns pontos de referência para o estudo da evolução do pensamento marxista na América Latina, colocando ênfase no problema da natureza revolucionária"; "este problema é o resultado de uma certa análise das formações sociais latino americanas e o ponto de partida para a formulação de uma estratégia e uma tática políticas;" "toda uma série de questões políticas-chave - alianças de classe, via armada ou pacífica, etapas da luta, etc - ligam-se intimamente a esta problemática central: a natureza da revolução".

Além disso, a antologia se articula numa divisão em três períodos básicos: "a) um período revolucionário, dos anos vinte até 1935, que encontra sua expressão teórica mais profunda na obra de Mariátegui e sua manifestação prática mais importante na insurreição de El Salvador em 1932. É o período no qual os marxistas tendem a caracterizar a revolução latino-americana como socialista e anti-imperialista ao mesmo tempo; b) o período stalinista, do meio dos anos trinta até 1959, no qual a interpretação soviética do marxismo é hegemônica e por consequência também a doutrina de Stalin sobre a revolução por etapas, definindo a etapa presente na América Latina como democrático-nacional; c) o novo período revolucionário que vê o aparecimento (ou o reforço), em seguida à revolução cubana, de correntes radicais cujos pontos de referência comum são a natureza socialista da revolução e a necessidade da luta armada; correntes das quais o Che Guevara foi, em uma larga medida, o inspirador e o símbolo".

Tentações opostas

Segundo Lowy, o problema da natureza da revolução gira em torno de uma questão chave: como aplicar o marxismo à realidade latino-americana? E diante desta questão, há duas tentações opostas: o exotismo indo-americano e o europeísmo.

O exotismo, cuja manifestação mais acabada se deu com Haya de la Torre, tende a ficar forma do marxismo, que termina sendo defi-

nido como doutrina exclusivamente europeia. Haya, ao morrer há pouco, já perdera qualquer referência em Marx ou no socialismo e seu partido era o principal partido burguês do Peru.

Portanto, "é sobretudo o europeísmo que fez estragos no marxismo latino-americano. Nós designamos por este termo uma concepção que se limita a transplantar mecanicamente para a América Latina os modelos de desenvolvimento econômico e social da Europa na sua evolução histórica até o século XX. Para cada aspecto da realidade europeia estudado por Marx e Engels tenta-se trabalhosa e encontrar o equivalente latino-americano, transformando assim a teoria marxista em um verdadeiro leito de Procusto, sobre o qual a realidade é impiedosamente "encurtada" ou "encomprida" segundo as necessidades da causa. Graças a esta maneira de atuar, a estrutura agrária do continente é classificada como feudal, a burguesia local é considerada progressista, senão revolucionária, o campesinato é considerado reticente com relação ao socialismo coletivista, etc. Nesta problemática, toda a especificidade da América Latina é negada, implícita ou explicitamente, e o continente parece ser concebido como uma espécie de Europa tropical, com um século de atraso e submetida à dominação do Império norte-americano."

Apesar de opostas, tanto a corrente do exotismo quanto a do europeísmo concluem que o socialismo é por agora impossível, que é necessário precedê-lo de uma etapa prévia. Para os europeístas (que se inspiram em Stalin) é necessário "realizar (como na Europa nos séculos XVIII e XIX!) uma etapa histórica democrática e anti-feudal".

Segundo Lowy, não é por acaso que a maior parte dos pensadores que rejeitaram estes dois vícios (exotismo e europeísmo) "chega à conclusão exatamente inversa: a revolução na América Latina será socialista ou não será". O ponto-chave da análise destes pensadores será mostrar que a razão da miséria e do sub-desenvolvimento latino-americanos "não é o feudalismo, mas o caráter particular que tomou o capitalismo na América Latina." Daí decorre que apenas "medidas anti-capitalistas, no quadro de um processo revolucionário socialista, podem resolver a questão agrária no continente e abrir o caminho para um desenvolvimento econômico e social harmonioso". Desta maneira se articulam instrumentos conceituais marxistas clássicos com a compreensão do caráter único da economia e da sociedade latino-americanas.

Nos primeiros anos dos partidos comunistas na América Latina, sua orientação será "inspirada em uma larga medida pelas resoluções da III Internacional, em particular o documento de janeiro de 1921 "Sobre a revolução na América, chamada à classe operária das duas



Américas" e o de janeiro de 1923. "Aos operários e camponeses da América do Sul".

Estes textos, esquecidos a partir do domínio stalinista, "atribuíam claramente à luta revolucionária na América Latina tarefas ao mesmo tempo agrárias, anti-imperialistas e anticapitalistas. A unidade entre o proletariado e o campesinato era concebida no quadro de uma revolução ininterrupta". "a idéia de uma etapa histórica de capitalismo independente, 'nacional e democrático' é negada explicitamente, e a cumplicidade das burguesias locais com o imperialismo é sublinhada".

Vale a pena destacar na histórica deste período a figura de Farabundo Martí, um dos fundadores do Partido Comunista de El Salvador, que organizou em 1932 "a única insurreição de massa dirigida por um partido comunista em toda a história da América Latina".

O novo caminho

Como assinala Lowy, "a situação em El Salvador, nesta época submetido à ditadura militar do general Martínez, pode ser perfeitamente resumida por estas frases de um relatório enviado em 1931 pelo major Harris, encarregado dos negócios militares americanos em El Salvador: "Trinta ou quarenta famílias possuem quase tudo no país. Elas vivem em um esplendor real, com muitos servidores... O resto da população não tem praticamente nada... Eu suponho que a situação de El Salvador seja muito semelhante à da França, da Rússia ou do México antes de suas revoluções. A situação é madura para o comunismo e parece que os comunistas o descobriram".

É nesta situação que o jovem Partido Comunista, submetido a uma intensa repressão, decide preparar uma insurreição, "apoiando-se sobretudo no trabalho revolucionário no Exército, onde o conflito entre os soldados camponeses (e indígenas) e os oficiais filhos da oligarquia (e brancos) se agrava". O governo realiza uma repressão preventiva, prendendo alguns dos principais dirigentes do PC. Os destacamentos vermelhos

de camponeses indígenas, "armados com alguns fuzis mas sobretudo com machetes", chegaram a instaurar alguns efêmeros sovietes depois de ocupar algumas aldeias. Mais de quarenta mil combatentes tomaram parte no levante.

O mais impressionante é qual era o programa político do movimento: "nada menos que uma revolução socialista, um poder dos conselhos operários, de soldados e camponeses, com o objetivo de 'destruição implacável da burguesia nacional e do imperialismo'". O levante foi esmagado selvagemmente, com mais de vinte mil homens, mulheres e crianças executados, e os dirigentes do PC (entre eles Farabundo Martí) fuzilados. Este episódio heróico foi prudentemente deixado em um canto obscuro pelo movimento comunista oficial na fase stalinista.

A partir de meados da década de 30, os militantes revolucionários são substituídos na direção dos PCs por funcionários ligados profundamente ao Kremlin, que reproduzem fielmente todas as reviravoltas de sua linha.

O movimento marxista se empobercecerá significativamente até ser sacudido pelo acontecimento maior que foi a revolução cubana, verdadeira prova prática da impossibilidade da "etapa democrático-burguesa", do fato de que a libertação nacional exige medidas anticapitalistas. As lições da revolução cubana vão ser resumidas por Che Guevara na fórmula famosa:

"As burguesias nacionais não são mais capazes de se opor ao imperialismo - se elas foram alguma dia - e formam agora a sua retaguarda. Não há outras mudanças a fazer: ou revolução socialista ou caricatura de revolução".

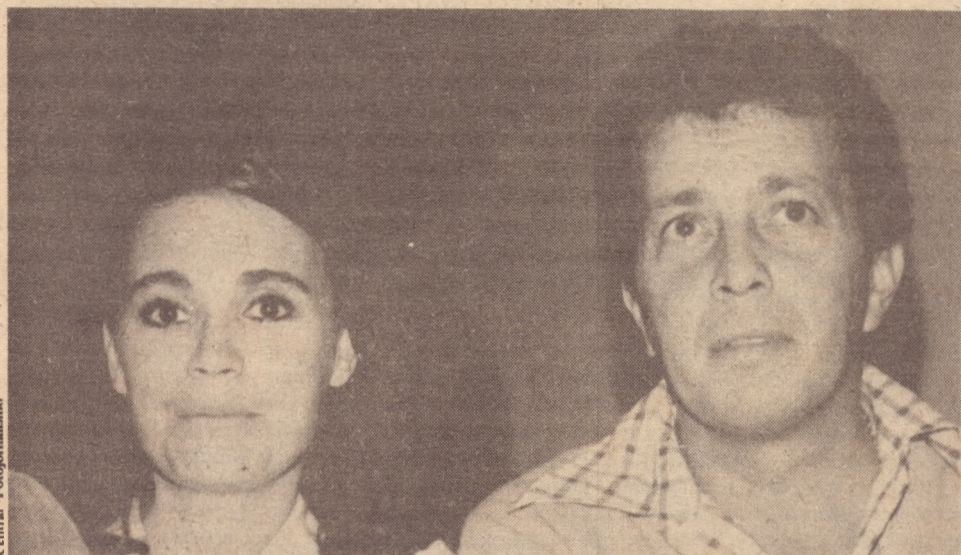
Depois de purgar no inferno do stalinismo, o marxismo na América Latina retoma suas origens, e abre novas perspectivas de revolução. A primeira onda da revolução latino-americana depois de Cuba foi derrotada, cometeu muitos erros que devem ser estudados. Com a revolução nicaraguense, a estrada se acha de novo aberta. Neste contexto, a antologia apresentada por Michael Lowy ganha uma enorme atualidade.

TV Globo está perdendo o fôlego

Notas sobre Água-Viva e Malu-mulher, programas da Globo que focalizam o urbano no Rio e em São Paulo.

Por Rachel de Andrade

Malu-Mulher: marginal ou integrada?



Central - Fotojournalismo

Malu: um fantoche?

Após um período de descanso a série Malu-mulher recomeça. O que permanece, o que mudou nesse tempo em que Regina Duarte segurou a atenção do público das dez? Nessa nova fase, a Malu mesmo, a mulher, não mudou nada. Continua sendo aquela moça de 33 anos, desquitada, uma filha, nível universitário, etc. Continua sendo aquela moça que, segundo o que puderam auscultar as pesquisas, representada a cabeça-padrão da "nova" mulher brasileira-urbana-medianamente politizada. E vai daí que Malu continua com seu jeito de menina espantada diante das injustiças do mundo, esbarrando boquiaberta nos sentimentos mais mesquinhos e grosseiros que aparecem no seu ir e vir, irritando-se com tudo o que é "errado" e colocando a boca no trombone sempre que possa, e à sua maneira. Malu sempre tem o ar de quem, uma vez ferida nos seus valores os mais dignos, está preparada para todas as ponderações, reflexões, pesos, medidas e adequações para esfriar a cabeça e emitir um "juízo sensato" qualquer. Uma pena que essa figura da Malu-mulher seja tão linear, tão idêntica sempre, tão racionalmente ponderada.

É nesse exato momento que Malu deixa de ter vida e tomba com toda força, como se fora uma boneca-fantoche. De um lado, a nova fase de Malu-mulher está mais agressiva, colocando questões mais dramáticas, mais picantes, (e com melhor cuidado na direção), envolvendo problemas do dia-a-dia mais verossímeis e diversificados. De outro lado, porém, a personagem Malu permanece a mesma mulher-padrão burlada há já algum tempo para essa série de TV. E o descompasso é grande. Até onde podem ir juntos, mesmo manquitolando, o novo impulso que o conteúdo da série agora quer apresentar, e a Malu que ainda está com a "mesma cabeça feita" para representar situações mais determinadas tipo desquite, família, filhos?

Se as contradições sociais mais aberrantes passavam, casualmente, na Malu-mulher da primeira fase, ao que tudo indica a pretensão dessa nova fase é inverter o processo. E é aí que a mulher-padrão que as pesquisas cinzelam vai "dançar". A impres-

são que se tem até agora é a de que, ou Malu vai-se tornar enfadonha, desinteressante porque engolida na trama mais provocante das histórias, ou... que se sobre mais vida nessa personagem potencialmente criativa.

Quero dizer com isso que não basta colocar na boca de Malu frases cansativas do tipo "mas gente, eu também não sei!", que Regina Duarte se vê obrigada a repetir, pelo menos, de três a quatro vezes a cada programa. "Não saber" está longe de marcar uma personalidade mais viva, mais humana, mais contraditória.

Malu no purgatório

Malu-mulher, diria nosso articulista Flávio Aguiar no EM TEMPO n.º 77 (agosto/79), está no purgatório, no "caminho de alguma coisa que ela mesma não sabe o que é...". Vai daí o grande interesse que Malu representou quando de sua estréia. De lá prá cá as tintas caíram pesadas na pasmada Malu, e não houve meio de dar-lhe um pouco mais de originalidade e um pouco menos de obviedade.

Se Malu veio para preencher a faixa do público desejoso do urbano-SP (já que o urbano-RJ vem sendo, à exaustão, mostrado no horário das 20 horas), e veio na figura de uma mulher intelectualizada, isto, de antemão, torna a série interessante. Mas o fôlego está-se esgotando. Talvez o público tenha vivenciado, em toda a extensão, as agruras de uma "abertura" com maior velocidade do que as frases repetidas por Malu em tom, agora, um tanto panfletário, e que acaba tendo o sabor de vestido de noiva guardado em baú. Exagero? Quem sabe se, ao invés dos programadores mostrarem quais são os melhores e mais politizados valores de conduta em dada situação (o que é, no mínimo, pretensioso), não seria mais interessante fazer uma ligeira reflexão sobre as contradições do indivíduo (homem, mulher) nessa sociedade-sistema pretensamente em abertura? Sem dúvida, a performance de Malu surgiria bem mais trágica, portanto mais verdadeira e principalmente mais aberta ao questionamento. Ou essa personagem-aberta não interessa à "abertura" da Globo?

Água-Viva: uma vitrina que vai chegando ao fim

Entre jóias, cabelos bem cuidados, os personagens de Água Viva chegam ao fim de suas representações após cento e poucos capítulos, e na passarela nobre da TV Globo recebem os últimos aplausos (ou vaias) de um "teatro" lotado. Com um índice de Ibope altíssimo a história de Gilberto Braga prendeu a atenção dos espectadores, se não por seu conteúdo - titubeante e mal alinhavado -, ao menos pelo cuidado da produção e o excelente desempenho de um ou outro ator.

Num cenário já conhecido - zona sul, Rio - a classe média caricaturada "transou" com a classe opulenta. E por essa transa passaram amores, angústias, mesquinhez, ambições e que tais. Obviamente, a figura central da história - Lígia (Betty Faria) - esteve longe de ser a personagem de maior peso: mal compassada entre o amor calmo e seguro de Miguel Fragonard, os tempestuosos sentimentos de Nelson e um inconvincente amor materno, Lígia não nos deixa nenhuma possibilidade de encará-la como água-viva. Não só as estronias da atriz, como a falta de um cinzelamento melhor da personalidade de Lígia por parte do autor, diluíram aquela que deveria carregar os corações dos espectadores.

Dizem as más línguas que Gilberto Braga não consegue vasculhar muito bem seus personagens femininos. Eu diria que ele consegue, com maestria, trabalhar o perfil psicológico das mulheres maduras, e é só (nem na confecção dos personagens masculinos Gilberto Braga consegue mostrar algo de interessante). Veja-se, por exemplo, Lourdes Mesquita, a terrível mulher gulosa de cifras, vaidosa, frágil nas mentiras que prega a si própria. No desempenho excelente de Beatriz Segall, é essa a figura mais forte dessa historieta-folhetim. O mesmo pode-se dizer de Irene (Heloisa Mafalda), tia da sem-graça e asneirenta Janete (Lucélia Santos), uma mocinha que vive a descarregar em nossos pobres ouvidos, bocejantes regras morais guardadas na ponta da língua. A "tia Irene" é uma figura humana que mostra bem a psicologia de uma cabeça reprimida, cheia de "não se deve", sofredora mas... ganhadora do céu!

No entanto, inconvincente, pobre, entendida e óbvia, assim aparece a juventude dessa novela, exatamente o contrário do que a juventude guarda realmente. Desde Sandrinha, passando pelos seus amorfos amigos habitantes de um apartamento-comunidade o gosto é sempre o mesmo: insipiente.

Se de um lado as mulheres maduras nos presentiam com belos momentos dramáticos - como é o caso da frágil e doce Stella Simpson -, de outro lado os jovens nos entediavam. O meteórico aparecimento da surpreendente Henriette Molineau, nem mesmo isso, conseguiu estremecer a história. E diga-se de passagem, ficou evidentemente forçado o interesse da milionária Jojó Besançon pela tripudiada Sueli. Uma maneira pouco astuciosa do novelista "dar um jeito" nessa pobre Sueli foi empurrá-la para a Europa, como se Paris, no caso, fosse uma máquina de mudar as pessoas e fazê-las



Américo Vermelho

Lígia: longe de aparecer como uma "água viva"

voltar ao Brasil totalmente remodeladas (expediente que já fôra usado em "Dancing Day's, lembrem-se?).

O triângulo amoroso

Resta o triângulo amoroso, e seus arredores que deveria dar a tônica à história. Esse triângulo se arrasta sem que nenhum grande golpe de mestre, nenhum grande espanto de bom romancista tenha surgido, e nada indica que possa haver qualquer alteração. É verdade que, ultimamente, um certo toque detetivesco tem aparecido, mas em dose suficiente para que a atenção se prenda um pouquinho mais e a pasmeira fique um pouco de lado. Para não alongar mais, Água-Viva, que a princípio prendeu pela curiosidade e desejo de acompanhar uma boa história, se não empolgante, ao menos que tentasse um enfoque novo e utilizasse o gabarito dos atores, deixa-nos com a impressão do "já visto".

A novidade de Dancing Day's foi trazer, ao invés da tradicional evolução do par amoroso através dos prós e contras sempre existentes, a visão psico-sociológica de um fragmento da classe média, enraizada num determinado solo, de uma determinada cidade: zonal sul do Rio. A repetição desse pano de fundo em Água Viva, não só tem um ar de falsidade como, dessa feita, os atores em sua maioria, estão impossibilitados de viverem mais profundamente seus papéis, obrigados a obedecer um "script" onde o perfil do personagem representado é mal marcado, obscuro, ou, o que é pior, absolutamente morno. Que se pense em Reginaldo Farias, Raul Cortez, José Lewgoy, Cláudio Cavalcante. toda a criatividade desses atores parece tolhida pela pobreza que o autor impôs aos personagens. Não seria demais concluir que a TV Globo, Gilberto Braga & Cia, menosprezaram a exigência de seu público e acreditaram poder passar o já conhecido como algo novo, mudando a decoração da vitrina. Não deu certo.

Walter Rodney: o assassinato de um líder negro

Um livro interessante para conhecer o processo de degradação dos africanos e seus descendentes foi escrito por Walter Rodney, um historiador das Guianas, que acaba de ser assassinado em seu país, por um outro negro: Fobers Burnham.

O livro chama-se "Como a Europa Subdesenvolveu a África".

Rodney foi morto quando uma bomba explodiu no automóvel que, dirigido por seu irmão, o levava para sua residência, depois de uma reunião do seu partido, a Aliança Popular dos Trabalhadores.

A Guiana é um pequeno país no Norte do Brasil. Ao seu lado estão o Suriname e a Guiana Francesa, pequenas nações que ainda são incapazes de andar pelas próprias pernas. Uma, porque é considerada um estado francês e outra, porque mantém profundos laços de dependência com o imperialismo, notadamente com a Holanda. A Guiana de Burnham, por seu lado, ex-inglesa, mantém laços umbilicais com a Grã-Bretanha e os Estados Unidos e, apesar de se auto-denominar Cooperativista (Socialismo Ujjama), as suas minas de bauxita são exploradas pela Alcan, uma multinacional Americana e pelo estado, sob a denominação do partido Congresso Nacional do Povo, sob a liderança de Forbes Burnham.

A população do país conta com indianos e africanos (os brancos foram expulsos e um amigo me dizia, há cinco anos atrás, que ele encontrou um "retrato" da Rainha Elizabeth, sujo e velho nos subterrâneos do museu de Georgetown). Os indianos formam uma leve e pequena maioria que agrupa-se racialmente nos dois principais partidos do país, o PPP - Partido Progressista Popular, e o PNC, congresso Nacional do Povo.

O seu partido, a Aliança Popular dos Trabalhadores da Guiana, formado há menos de dois anos, resultou na fusão de quatro grupos de ativistas culturais e marxistas do seu país, que faziam oposição ao governo de Burnham. Segundo documentos distribuídos pelo grupo de apoio a Aliança Popular dos Trabalhadores, em Londres, pelo menos três militantes do partido de Rodney foram mortos desde julho do ano passado e além das várias prisões ocorridas, com libertação imediata, pelo menos seis de seus militantes encon-

HAIL WALTER RODNEY



tram-se até agora na prisão. O partido tem crescido, dia a dia, como consequência de uma política que se contrapõe às estruturas racialistas dos partidos guianeses, privilegiando a classe trabalhadora como principal força da atual sociedade da Guiana.

"Nem negros nem indianos, mas a classe trabalhadora", como diria Rodney, segundo um dos seus camaradas de passagem por Londres, durante as manifestações em repúdio à sua morte.

Nos últimos anos o partido tem criado vários grupos de apoio por todas as nações do Caribe e demonstram muito interesse quando discutem as questões relativas ao Brasil. Não estão alinhados nem com soviéticos, chineses ou albaneses, apesar de considerar a União Soviética uma nação Socialista, assim como os outros países; alinham-se basicamente com a luta de libertação na África e com os movimentos mais radicais, com Samora Machel de Moçambique e Roberto Mugabe do Zimbábue. Mantém reservas, com relação à Angola, mas os seus olhos estão voltados para as ilhas e as nações que, ao norte da América do Sul e na América Central formam um cordão negro perto de Cuba e nas botas dos Americanos. (Hamilton Cardoso - de Londres)

"Locas de Mayo" falaram com o papa

Porto Alegre

Durante a visita do papa à Porto Alegre, estiveram também presentes outras visitantes, não tão desejadas mas também importantes. As "locas de la Plaza de Mayo", como insistem em chamar as autoridades argentinas àquelas mulheres, mães e esposas dos quase 30 mil desaparecidos na Argentina.

Vieram à Porto Alegre um grupo de 18 mães. Hebe de Bonafini, Laura de Rivelli, Marta de Alconada e Haydé de Ramirez, deram seus depoimentos ao jornal EM TEMPO, contando o desaparecimento de suas filhas e filhos, quase todos jovens estudantes, sequestrados e desaparecidos sem culpas formais e sem motivos esclarecidos, a não ser os de "serem sempre sensíveis e solidários às injustiças cometidas contra os mais pobres". Contaram também que há 45 casos de crianças desaparecidas, sendo que

dona Haydé de Ramirez teve seu neto, um bebê de 4 meses, desaparecido durante os dois meses, que se seguiram à prisão de sua filha. A criança lhe foi entregue pela polícia mais tarde. Casos como este são inúmeros.

As "Madres de la Praça de Mayo", como se chamam ainda contam que são muitíssimos os casos de mulheres grávidas que foram também sequestradas e cujos filhos devem tê-los tidos na própria prisão em condições terríveis. Contam também que após o golpe muitas foram as casas de crianças e orfanatos que surgiram, criados e mantidos pelo próprio governo.

Em Porto Alegre, depois de uma tentativa frustrada de barrá-las pelo bispo local Dom Vicente Scherer, as mães da Praça de Mayo conseguiram falar com o papa durante sete minutos e lhe entregar um documento no qual pediam por seus filhos

desaparecidos. Estas mulheres foram aplaudidas por todo o estádio onde a multidão esperava pelo papa, o qual lhes disse "palavras de esperança e de paciência", abençoou-lhes e disse que iriam ter seus filhos de volta.

A idéia de indicar as "Mães da Praça de Mayo" ao prêmio Nobel da Paz surgiu há bem pouco tempo no Encontro de San José, Costa Rica, da Anistia Internacional. Elas dizem que seria mais uma maneira de pressionar e difundir o movimento e que seu maior prêmio seria "tener de vuelta a nuestros hijos". Já há no Brasil vários grupos apoiando esta indicação e acreditando ser esta mais uma forma real de pressionar o governo argentino a libertar todos os presos políticos ou assumir publicamente todos os assassinatos que já cometeu e continua cometendo.

(Da Sucursal)

Os novos cristãos

Como uma comunidade de base discute a chegada do papa.

"... e eles perseveraram na doutrina dos Apóstolos, na comunhão da fração do pão e nas orações. E a todos penetrava o temor, pois muitas maravilhas e prodígios faziam os Apóstolos em Jerusalém e em todos era grande a apreensão. Todos os crentes estavam unidos e possuíam em comum todas as coisas. Vendiam suas propriedades e bens, repartindo-os por todos conforme as necessidades que tinham cada um..."

A voz calma do jovem recitava este trecho dos Atos dos Apóstolos que fala da vida dos primeiros cristãos. À sua volta, sentadas no chão da igreja, a um canto do altar, cerca de 50 pessoas, na maioria jovens como ele, escutavam atentamente. As luzes da igreja, apagadas, deixavam entrar a escuridão da noite. Apenas a chama de um cirio, no meio da roda, permitia ver rostos tensos e absorvidos.

"É errado ouvir e não praticar. É preciso ter iniciativa. É preciso ter persistência. Estaremos à altura de nosso espírito cristão?". O padre, também sentado no chão, iniciava a

Eucaristia. Falava pausadamente, e sua voz forte, acentuada pelo sotaque europeu, fazia um dueto com o pesado silêncio que envolvia todo o templo. O ambiente era denso, a emoção penetrava as pessoas. Circulando de mão em mão um prato com hóstias. As próprias pessoas se comungavam. Sentadas no chão, no escuro, pareciam formar uma antiga comunidade cristã.

Betim, 30 de junho, véspera da chegada de João Paulo II a Belo Horizonte. Reunidas pela Pastoral da Juventude, aquelas pessoas, numa vigília, refletiam sobre o papel da Igreja.

"No início de sua história a Igreja era formada por pescadores que viviam em comunidades, repartindo tudo entre eles. Agiam assim porque acreditavam que Jesus estava entre eles", uma jovem explicava os slides que iam se refletindo na toalha branca do altar.

"Mas com o passar do tempo, a Igreja se deixa absorver pelo poder. O Evangelho não era mais lido, nem praticado. Os leigos não tinham mais importância, só a hierarquia era valorizada. Começou a adora-

ção dos santos e Cristo foi esquecido. Criou-se a indulgência. A estrutura da Igreja era a estrutura do Estado.

"A esta situação se opôs Lutero, criando o protestantismo. Então foi realizado o Concílio de Trento para dar voz de autoridade àquela linha. Os leigos não deveriam ler o Evangelho porque não entenderiam. Para eles foi criado o catecismo.

"Foi esta Igreja, tradicional, que chegou ao Brasil. Aos católicos era ensinada apenas a salvação individual. A vida terrena do povo não era olhada. Por praticarem uma linha diferente, os jesuítas acabaram sendo expulsos.

"E, só com o Concílio Vaticano II que a Igreja se redescobriu. Foi visto que a Igreja não é estrutura, mas pessoas, comunidades. Aos poucos ela vai se desligando do poder e voltando-se para o povo. Passa a praticar de novo o Evangelho. O leigo, como antigamente, é que é o mais importante".

No slide, um operário, com expressão séria limpou o suor.

(Luiz Henrique Cunha)

Debate sobre a lei dos estrangeiros

Núcleo de professores do PT de Pinheiros convida:

Dia: 25/7 às 20 horas

Local: Colégio Equipe - R. Martiniano de Carvalho, 156, Bela Vista

Debatedores: Perseu Abramo, Airton Soares, Luiz Eduardo Greenhalgh e Eder Sader

re-encontro chou de tato fischer (projeto de música independente)

Local: Teatro Procópio Ferreira
Rua Augusta, 2823

Horários: dia 28/07, segunda, às 21 horas;
dias 29/07 a 2/08 às 18:30 horas.

Preço único: Cr\$ 80,00

EM TEMPO

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Eder Sader (presidente), Aloisio Marques, Antonio Heider, Antonio Jorge, Carlos Tiburcio, Flávio Aguiar, Flavio Andrade, F. Preira, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadal, Marcelo Beraba, Marco Aurélio Garcia, Paulo Cavalcanti, Raul Pont, Robinson Aires, Sérgio Allí, Tom Duarte.
Suplentes: Luci Ayala, Marisa Araujo, Roberto Rodrigues, Sandra Starling, Valmir Menezes.

DIRETORIA: Flávio Andrade (presidente), Carlos Tiburcio, José Luiz Nadal, Marco Aurélio Garcia, Robinson Aires.

EDITOR CHEFE: Flávio Andrade.
DIR. RESPONSÁVEL: Robinson Ayres.
ARTE: Sérgio Papi.
SUCURSAIS:

BELO HORIZONTE: Av. Cristóvão Colombo, 550 - Tel.: 224-0127. PORTO ALEGRE: Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20. RIO DE JANEIRO: Caixa Postal 4680. SALVADOR: Av. Joana Angélica, 8 - sala 44. FORTALEZA: R. Castro e Silva, 1169 - Tel.: 226-804.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S.A.
R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros - São Paulo - CEP: 05414 - Tel.: 852-8880.

COMPOSIÇÃO E FOTOLITO: Editora LETRA Ltda.
R. Artur de Azevedo, 1977 - loja 1 - Tel.: 212-5061.

IMPRESSÃO: Empresa Jornalística São Paulo-Shimbum S/A
R. Tomás de Lima, 573 - Liberdade - São Paulo.

O terror nuclear

Nos últimos anos a radioatividade dos oceanos aumentou três vezes. No Japão, ainda hoje, diariamente morrem cerca de 10 pessoas por efeito das bombas atômicas lançadas durante a guerra. E filhos de operários em minas de urânio nascem com deformações físicas e mentais enquanto o câncer entre operários nucleares é 46 vezes maior do que em pessoas comuns.

E mais: uma verdadeira indústria do controle começa a ser montada ao lado dos empreendimentos nucleares. O programa nuclear inglês vai requerer 40.000 agentes de segurança, e o "complô" recentemente "descoberto" pela segurança do Ministério de Minas e Energia no Brasil vai nesta mesma linha de paranóia permanente em que vivem os setores ligados à área nuclear.

Por fim: as armas nucleares de menor porte estarão à mão do estado como último recurso para reprimir "distúrbios internos".

Estas e outras questões, ligadas à própria energia nuclear enquanto tal, também devem entrar no debate sobre as consequências do programa brasileiro.

Por José dos Reis e Martin Poot

O protesto contra a construção de usinas nucleares em São Paulo surpreendeu a dupla Figueiredo-Maluf. A resistência não se limitou às vozes dos intelectuais advertidos para os riscos do "nuclear". É visível que o movimento ecologista ganha cada vez mais um conteúdo popular. E isso tem sua explicação mais profunda. Há, por um lado, a desconfiança que qualquer iniciativa governamental levanta nas camadas mais amplas da população. Fundamentalmente, porém, pe-

las implicações reais que o projeto trará para a vida de milhões de brasileiros e, não pode ser esquecido, latino-americanos.

Vários setores da oposição já se manifestaram pondo em dúvida a eficácia do projeto. Não questionaram, no entanto, em nenhum momento, a energia nuclear como tal.

As soluções energéticas apresentadas pela burocracia brasileira surgem em função das necessidades de um modelo anti-popu-

lar. E, como tal, não podem ser aceitas.

Em primeiro lugar, para vender mais facilmente o átomo como fonte de energia, foi montada uma verdadeira máquina de propaganda. Com isso, os interesses industriais envolvidos tratam de divulgar uma imagem onde os riscos de acidentes tais como explosões são considerados mínimos. O acidente de Long Island, nos EEUU, já mostrou, na prática, a fragilidade da argumentação. Mas, insistem os interessados, em tempos normais, um reator libera menos radioatividade que a proveniente do cosmo.

Mentiras à parte, algumas observações são necessárias: quando a matéria prima é trabalhada, são liberados gases, pós, líquidos. Todos, elementos radioativos. Isso não significaria tanto se ficassem encerrados. Não é, entretanto, o que acontece. Em geral, os líquidos são despejados nos rios ou no mar; os gases são espalhados no ar; o pó termina enterrado. Para dar uma idéia: nos últimos anos a radioatividade dos oceanos aumentou três vezes. Não se trata de pequenas quantidades. E é a mesma água de onde provém parte importante dos alimentos consumidos pela humanidade e onde se banham homens, mulheres e crianças.

Ainda que possível de serem percebidas, é difícil prever todas

as consequências provocadas pela radioatividade. Alguns exemplos ilustram entretanto, os riscos do emprego de material atômico: ainda hoje morrem diariamente cerca de 10 pessoas dos efeitos das bombas atômicas lançadas no Japão em 1945; quase todos os cientistas famosos que trabalharam com radioatividade e energia nuclear morreram de leucemia, uma espécie de cancer no sangue; em Thuringen, na Alemanha, os operários de uma mina de urânio contraíram cancer de pulmão e, em suas famílias aumentaram extraordinariamente os casos de crianças nascidas com deformações físicas ou mentais; pesquisadores norte-americanos descobriram que a ocorrência de cancer entre os operários que trabalham com urânio é 46 vezes maior que entre as pessoas comuns. Mas as consequências do nuclear no terreno das condições e das relações de trabalho não param aí.

Ao começar seu turno, o trabalhador empregado em um reator ou qualquer outra instalação nuclear deve usar vestimentas especiais. Estas roupas, além de dificultar seus movimentos, provocam vertigem, transpiração anormal, etc... Isso não é nada, entretanto, por estar permanentemente sob ameaça de contaminação, o técnico nuclear sofre também de pressão psicológica constante. No caso do complexo industrial de La Hague, na França, onde funcionam reatores nucleares, os sintomas que indicam em que circunstâncias trabalham os operários do nuclear são: úlceras estomacais, ataques cardíacos, claustrofobia, tensão nervosa, sentimento de solidão permanente, etc...

Perigos invisíveis

Mas não é só durante seu horário normal de trabalho que o operário é ameaçado por perigos invisíveis. Outra característica das centrais nucleares é que devem ser muito bem vigiadas. É comum que os trabalhadores depois de uma jornada sejam rigorosamente examinados. É vital saber os efeitos da radioatividade e contaminação. Assim, sua casa e seus familiares são submetidos também ao rigor dos controles.

Mas a saúde não é o único aspecto cotejado nesse caso. Nada pode acontecer aos aparelhos complicados e difíceis de serem manejados. Para isso, surge uma verdadeira "indústria do controle". Se há alguma contribuição da energia nuclear ela está na criação de vagas para "controladores". Para dar um exemplo: quando o programa nuclear inglês estiver completamente aplicado, aproximadamente 40.000 agentes de segurança e espíões se somarão aos já existentes. O Brasil não fugirá à regra. A justificativa, se é necessária alguma, já existe: qualquer erro ou menor acidente em um dos reatores de Angra dos Reis pode ocasionar uma catástrofe maior que as bombas atômicas americanas no Japão em 1945. Assim, sistematicamente se realizarão investigações para ave-

riguar se os operários são "estáveis psicologicamente" ou se mantêm contatos com "elementos subversivos". A vida privada do empregado no nuclear é observada em todos seus detalhes com os mais modernos métodos de espionagem.

Paranóia permanente

O controle não se limita, no entanto, à comunidade operária do nuclear. A lógica da produção de energia atômica exige por parte do sistema um controle global. Caso se necessite de um motivo: qualquer atraso em um programa nuclear pôde ocasionar prejuízos na ordem de milhões de cruzeiros. Para prevenir esse tipo de problema, as pessoas potencialmente "suspeitas" serão mantidas sob estrita vigilância. É necessário também, segundo a racionalidade dos detentores do poder, impedir manifestações, greves, boicotes, etc... O "complô descoberto" pelos funcionários do ministro Cals é um exemplo concreto do estado de paranóia permanente em que vivem os setores ligados à área da economia nuclear. Na realidade, o aparato policial brasileiro tende a crescer, a tornar-se mais importante, a ser cada vez mais presente na vida de cada indivíduo e da sociedade em geral. A seguirem as tendências, caso as oposições e a resistência ecológica não avancem em termos de mobilização e organização, o fortalecimento do estado autoritário é, portanto, previsível. Aliás, um outro aspecto do mesmo problema: o cientista político americano Albert Wohlstetter afirma de maneira convincente que "os governos poderão utilizar armas nucleares de alguns kilotons ou mais como último recurso contra a população de seu próprio país". A posse de tecnologia nuclear se torna assim um instrumento extraordinário para a resolução de conflitos sociais e políticos.

Frente a tudo isso, é difícil acreditar que os contratos feitos pela Nuclebrás atendam às necessidades populares. Não se justifica, portanto, cumpri-los. O único caminho a tomar é suspendê-los imediatamente. A mesma coisa deve acontecer com a construção das usinas nucleares já em andamento.

Evidentemente isso não é suficiente. É necessário discutir novas bases para uma política energética. O que supõe uma crítica radical ao próprio modelo econômico. Só assim teria sentido falar sobre a aplicabilidade do álcool, da energias hidroelétrica e solar como indispensáveis ou não. Todas essas formas de energia são tecnicamente possíveis. Não são, em nenhum caso, bichos-de-sete-cabeças. Decidir sobre essas alternativas e seus pressupostos fundamentais é uma opção política. E, nesse sentido, a luta ecológica, a luta contra o nuclear no Brasil, é também uma luta por transformações profundas, desestabilizadora. Ela supõe a mais completa liberdade de informações, de discussão e organização.

O QUE SE PODERIA FAZER COM O DINHEIRO DO ACORDO ATÔMICO:
150 bilhões de dólares: suficiente para pagar a dívida externa (50 bi) e mais:



12.500.000 casas populares, ou



8.300.000 creches de 160m² cada uma, ou



350.000 leitos hospitalares/anuais até o fim do século, ou



185.000 km de ferrovias, ou
16.600 km de Metrô — o que equivale a linhas de Metrô de 700 km para cada capital.

Tabela extraída do livro NÃO ÀS USINAS NUCLEARES de Fernando Moraes, recentemente lançado pela Editora Alfa Omega.

Trata-se de uma coletânea reunindo, além da Ação Popular movida contra o presidente da República pelo deputado Fernando Moraes do PMDB/SP contra a instalação de usinas nucleares em São Paulo, pareceres de Mário Schenberg, Luis Carlos Menezes, Ecléia Bosi dentre outros sobre o mesmo tema.